



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

LISSA CARVALHO DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO DA CISGENERIDADE EM MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: A
MANUTENÇÃO E DESESTABILIZAÇÃO DE UM MODELO HEGEMÔNICO
DE FAMÍLIA**

Rondonópolis - MT

2024

LISSA CARVALHO DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO DA CISGENERIDADE EM MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: A
MANUTENÇÃO E DESESTABILIZAÇÃO DE UM MODELO HEGEMÔNICO
DE FAMÍLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondonópolis, na linha de pesquisa Educação, Cultura e Diferenças, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Gonçalves Salgado.

Rondonópolis - MT

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Ficha Catalográfica elaborada de forma automática com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

S719e

Souza, Lissa Carvalho.

A EDUCAÇÃO DA CISGENERIDADE EM MEMÓRIAS DE
INFÂNCIA: [recurso eletrônico] : A MANUTENÇÃO E
DESESTABILIZAÇÃO DE UM MODELO HEGEMÔNICO DE
FAMÍLIA

/ Lissa Carvalho Souza. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 93 f., pdf). –
2024.

Orientador(a): Raquel Gonçalves Salgado.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Rondonópolis,
Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação

1. Família. 2. Memórias. 3. Cisgeneridade. 4. Pedagogias. I. Salgado,
Raquel Gonçalves, *orientador*. II. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: “A EDUCAÇÃO DA CIGGENERIDADE EM MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: A MANUTENÇÃO E DESESTABILIZAÇÃO DE UM MODELO HEGEMÔNICO DE FAMÍLIA”

AUTORA: MESTRANDA LISSA CARVALHO DE SOUZA

Dissertação defendida e aprovada em **30 de ABRIL** de **2024**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. DOUTORA RAQUEL PEREIRA GONÇALVES (Presidente Banca/ORIENTADORA)

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

2. DOUTORA CARMEM LÚCIA SUSSEL MARIANO (Membro Interno)

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

3. DOUTOR LEONARDO LEMOS DE SOUZA (Membro Externo)

Instituição: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO

4. DOUTOR AGUINALDO RODRIGUES GOMES (Suplente)

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

Rondonópolis, 30/04/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Pereira Goncalves, Docente UFR**, em 30/04/2024, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carmem Lucia Sussel Mariano, Docente UFR**, em 30/04/2024, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do [Decreto nº](#)

	8.539, de 8 de outubro de 2015.
--	---



	Documento assinado eletronicamente por Leonardo Lemos De Souza, Usuário Externo , em 30/04/2024, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
--	--



	A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador 0304939 e o código CRC 3B9A25B6 .
--	--

AGRADECIMENTOS

Apesar de ter ouvido com frequência durante a escrita desta dissertação que a pesquisa tende a ser um trabalho solitário, e de ter percebido a veracidade desta afirmação, os processos que antecedem, propiciam e envolvem a escrita acadêmica só se tornam possíveis a partir do outro, com o compartilhamento de ideias, afetos, angústias, tristezas e alegrias. Tendo isso em vista, durante a minha trajetória no mestrado, tive o apoio de uma rede de pessoas que, além de terem me permitido finalizar este trabalho, estão entrelaçadas com a minha escrita, envolvidas em cada capítulo.

Assim, agradeço minhe parceire de vida e namorade Giovanna, pessoa que esteve ao meu lado durante todo esse caminhar, pensando comigo desde a temática a ser pequisada até a forma como a conclusão seria escrita, ouvindo minhas inseguranças e medos e comemorando comigo cada pequena e grandiosa vitória.

Agradeço também Carol, Maria e Amanda, que compõem a rede de amizade que surgiu durante a graduação e que ainda permanece acolhedora e potente. Se fizeram importantes também os encontros de orientação com a minha orientadora Raquel Salgado, que sempre acatou minhas ideias, confiando no meu trabalho e me auxiliando na contrução desta dissertação. Nesse encontros, também foram importantes as ideias e compartilhamentos de experiências com a Rayane, que também vivenciava as dores e prazeres envolvidos no trabalho de fazer pesquisa científica. Agradeço ao apoio dos meus pais, que tornaram possível a realização desta dissertação, e por me permitirem sonhar e acreditar que posso fazer pesquisa.

Aos(as) professores(as) que aceitaram participar da banca examinadora deste trabalho, Carmem Sussel e Leonardo Lemos, agradeço pelo olhar sensível e atencioso sobre meu texto, que tornaram os processos avaliativos mais leves e descontraídos.

Por fim, agradeço à CAPES por financiar esta pesquisa.

RESUMO

A hegemonia da família cis-heteronormativa instaura-se a partir da manutenção do sistema econômico capitalista e suas mutações. Assim, seu modelo serve a interesses econômicos e sociais e, para sua perpetuação, faz-se necessária a repressão de sexualidades desviantes, para, assim, instaurar normatizações e legitimar a coerência corporal de sexo/gênero/sexualidade e desejo. Na infância, por exercer poder e controle sobre as crianças, essa instituição controla e vigia esses corpos infantis, visando à manutenção dessas estruturas normativas, sob a justificativa dos discursos de proteção e cuidado. Dessa forma, a presente pesquisa de dissertação, vinculada ao grupo de pesquisa “Infância, Juventude e Cultura Contemporânea” (GEIJC) e pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis e à linha de pesquisa “Educação, Cultura e Diferenças”, debruça-se sobre memórias de infância para pensar sobre os sentidos da educação voltada para a cis-heteronormatividade no contexto familiar. Assim, busca-se compreender as pedagogias de gênero e de sexualidade que atuam na instituição familiar; assim como evidenciar experiências de gênero e sexuais transgressoras às normas, na produção de memórias de infância na família e, por fim, investigar os agenciamentos das normativas de gênero e sexualidade dos/as participantes na educação de seus/as filhos/as. O *corpus* desta pesquisa constituiu-se a partir das repercussões de memórias de infância na educação da cisgeneridade dentro do contexto familiar, tendo como participantes mães e pais, estudantes da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 4 pessoas, sendo um pai e três mães, com idade entre 20 e 30 anos. Os estudos pós-estruturalistas e a análise crítica do discurso constituem os aportes teórico-metodológicos desta pesquisa. As análises mostraram que as lembranças se configuraram enquanto um importante dispositivo para a realização de mudanças nas práticas pedagógicas dos/as participantes dentro do ambiente familiar, buscando a quebra de ciclos intergeracionais de perpetuação das desigualdades sexuais nessa instituição familiar, com a adoção de práticas que respeitem as crianças e as infâncias, visem sua liberdade de expressão e que estejam abertas ao diálogo e ao acolhimento. Entretanto, também se observou que, nessas dinâmicas familiares, ainda é bastante vigente a sobrecarga de funções direcionadas à mãe e, em contrapartida, o distanciamento paterno dessas práticas de cuidado e de afeto para com as crianças. Assim, esses fenômenos se interrelacionam, visto que há dificuldade de se pensar práticas que permitam a diminuição dessa sobrecarga materna, tendo em vista que a relação entre os homens e as crianças ainda é bastante perpassada pelo medo, vigilância e perigo, dificultando o compartilhamento dessas funções de cuidados.

Palavras-chave: Família; Memórias; Cisgeneridade; Pedagogias.

ABSTRACT

The hegemony of the cis-heteronormative family is based on maintaining the capitalist economic system and its mutations. Thus, its model serves economic and social interests and, for its perpetuation, it is necessary to repress deviant sexualities in order to establish norms and legitimize the bodily coherence of sex/gender/sexuality and desire. In childhood, by exercising power and control over children, this institution controls and watches over these children's bodies, aiming to maintain these normative structures, under the justification of discourses of protection and care. Thus, this dissertation research, linked to the research group "Childhood, Youth and Contemporary Culture" (GEIJC) and belonging to the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Rondonópolis and the research line "Education, Culture and Differences", focuses on childhood memories to think about the meanings of education focused on cis-heteronormativity in the family context. The aim is thus to understand the pedagogies of gender and sexuality that operate in the family institution; as well as to highlight gender and sexual experiences that transgress norms in the production of childhood memories in the family and, finally, to investigate the agency of the gender and sexuality norms of the participants in the education of their children. The corpus of this research was based on the repercussions of childhood memories on the education of cisgenderism within the family context, with the participants being mothers and fathers, students at the Federal University of Rondonópolis (UFR). Semi-structured interviews were conducted with four people, one father and three mothers, aged between 20 and 30. Post-structuralist studies and critical discourse analysis constitute the theoretical and methodological contributions of this research. The analysis showed that the recollections were an important device for making changes in the pedagogical practices of the participants within the family environment, seeking to break intergenerational cycles of perpetuating sexual inequalities in this family institution, with the adoption of practices that respect children and childhoods, aim for their freedom of expression and are open to dialog and acceptance. However, it was also observed that, in these family dynamics, the overload of functions directed at the mother is still quite prevalent and, on the other hand, the paternal distance from these practices of care and affection towards the children. Thus, these phenomena are interrelated, since it is difficult to think of practices that will reduce this maternal overload, given that the relationship between men and children is still very much permeated by fear, vigilance and danger, making it difficult to share these care functions.

Keywords: Family; Memories; Cisgender; Pedagogies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CONSTRUÇÃO DO MODELO HEGEMÔNICO DE FAMÍLIA E SEUS ALICERCES	15
1.1 A cultura, o sistema de parentesco e a diferença sexual na construção de um modelo universal de família	16
1.2 A naturalização da soberania do patriarca e do amor incondicional.....	21
1.3 Parentesco homossexual e o reconhecimento do Estado	25
2 O MONSTRO QUE AMEAÇA A FAMÍLIA TRADICIONAL: GÊNERO, SEXUALIDADE E NEOCONSERVADORISMO.....	29
2.1 O conservadorismo da direita frente a conquistas de direitos sociais	29
2.2 Movimento transnacional: a expansão da direita no Ocidente.....	31
2.2.1 América Latina e suas particularidades	33
2.2.2 A expansão do neoconservadorismo no Brasil.....	35
2.3 Neoconservadorismo e o mito da liberdade estatal e individual.....	37
2.4 Neoconservadorismo e a desdemocratização.....	39
2.5 A defesa da família tradicional e a proteção contra suas “ameaças”	41
2.5.1 Feminismo: perversão e subversão.....	42
2.5.2 O imbrochável: a construção do cidadão não democrático	44
2.5.3 A nação como extensão da família: a extrapolação dos muros da propriedade privada.....	45
3 A INVENÇÃO DA CISGENERIDADE: NORMATIVAS E TRANSGRESSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE	47
3.1 O conceito de sexo/gênero no processo de pluralização das sujeitas do feminismo ..	47
3.2 O transfeminismo: seus princípios, contribuições e tensionamentos aos feminismos.....	49
3.3 A artificialidade da cisgeneridade e sua produção enquanto norma	51
4 TRAJETOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: MEMÓRIAS, TEMPOS, CORPOS E DIFERENÇAS	54
4.1 Cultura, sentidos e subjetivações.....	54
4.2 A temporalidade na construção das memórias: as linearidades e fissuras	57
4.3 Os encontros e as narrativas de si dos/as participantes	60
4.3.1 Clarissa	62
4.3.2 Roger	63
4.3.3 Aline	64
4.3.4 Ana	64
5 OS SENTIDOS, MANUTENÇÕES E TRANSGRESSÕES DA EDUCAÇÃO DA CISHETERONORMATIVIDADE NA FAMÍLIA	66

5.1 As dinâmicas de poder atuantes nos discursos sobre os sentidos da família	66
5.2 A figura masculina vista como perigo e a culpa materna	70
5.3 A diferença sexual atuante na educação de meninos e meninas	74
5.4 Manutenção e desestruturação de pedagogias	76
6 CAMINHOS MÚLTIPLOS E (IN)CONCLUSIVOS	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE A - Entrevista.....	86
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	88

INTRODUÇÃO

Pra quem não sabia contar gotas
 'Cê aprendeu a
 nadar O mar te
 cobriu sereno
 Planeta
 marte Sem ponto, sem vírgula, sem meia,
 descalça Descascou o medo pra caber
 coragem
 Sem calma, sem nada, sem ar
 (Liniker)

Início minha dissertação com esse trecho da música “Psiu” da Liniker, como articulação com os sentidos que foram se construindo no decorrer da escrita deste trabalho. Assim, saliento o (des)aprendizado constante nesse processo, que foi atravessado por desafios, inseguranças, medos, mas que me permitiram ser capaz de fazer ciência de maneira sensível, enxergando as vulnerabilidades e sensibilidades enquanto potência. Nesse sentido, esta dissertação carrega uma parte da minha história, e por defender a inexistência da neutralidade na pesquisa, vejo a importância de me apresentar enquanto pesquisadora branca, cisgênera, bissexual, neurotípica, pertencente à classe média e residente de Rondonópolis-Mato Grosso, e todos esses marcadores perpassam as minhas vivências e a minha escrita.

Tendo isso em vista, minhas insatisfações e inquietações com o conservadorismo que permeiam o meu ambiente familiar me instigaram a escrever esta dissertação. Por ser uma mulher bissexual, que namora uma pessoa não binária e defende pautas de esquerda, transformo os medos, opressões, silenciamentos e invisibilizações que vivencio em escrita, como forma de resistir a essas violências. Assim, além das minhas vivências pessoais, que acredito serem importantes neste processo de escrita, este trabalho busca pensar no anacronismo da família burguesa cis-heteronormativa e branca, pensando sobre as possibilidades, ou não, de sua ruína, e refletindo sobre o que restaria com a desestruturação desse modelo, a partir de uma perspectiva que não teme as incertezas e repudia essa destruição, mas vê potencialidade e movimento no que é classificado enquanto resto.

Nesse sentido, considerando a hegemonia do poder desse modelo normativo de família sobre corpos infantis, parto inicialmente da concepção de que a infância é uma experiência na qual a sociedade reconhece, por meio de um extensivo treinamento para as crianças, que a heterossexualidade e a cisgeneridade não são naturais, mas construídas (Halberstam, 2020). Isso porque, se todos fossem normativos e cis-heterossexuais em seus

desejos, orientações e existências, presume-se que não seria necessário haver o trabalho pedagógico interminável e rígido de prescrição das normas regulatórias que estabelecem o imperativo do sexo, gênero, sexualidade e desejo para o comum destino da cis-heterossexualidade (Louro, 2018; Preciado, 2020).

Por conta dessa necessária reiteração das normas, esse exercício de poder sobre o corpo e subjetividade das crianças é exercido sob a justificativa de que esses sujeitos precisam de proteção e cuidado (Salgado; de Souza, 2022). Essa perspectiva foi construída historicamente pelos colonizadores europeus, especificamente, a partir da formulação de uma criança ideal, que passa a conceber esses sujeitos como seres em desenvolvimento, incompletos, inferiores e que precisam ser disciplinados e moldados para tornarem-se adultos honrados, racionais e cristãos, e uma das responsáveis por esse trabalho de disciplinarização desses corpos é a família (Silva, 2019; Ariès, 1986).

Essa instituição de poder constitui-se social, econômica e politicamente como uma célula monogâmica e conjugal entre homem e mulher, que tem a reprodução como finalidade, sendo considerada parte do projeto biopolítico de agenciamento da heterossexualidade, configurando-se, também, como uma rede de prazeres-poderes que se articulam a partir de múltiplos pontos e relações que estão em constante transformação. Nela há, portanto, uma rede complexa e saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis, que é mais incitador do que inibidor de sexualidades (Foucault, 1999).

Assim, a estrutura familiar foi construída socialmente baseando-se na naturalização da diferença sexual, que define a estrutura e os papéis desempenhados por cada sujeito pertencente a essa instituição, sendo o pai representante da lei, soberania e autoridade, a esposa tendo como principal função ser mãe e responsável pela reprodução, e aos filhos/as cabendo a obediência e o respeito, principalmente ao patriarca (Del Priori, 2011; Badinter, 1985). Esses laços são amparados pelo juramento do casamento, com sua configuração cisheterossexual, que deslegitima outros núcleos familiares que se afastem desse modelo, tendo em vista que essas variações colocam em risco as leis instituídas como naturais e culturais que, em tese, amparam a inteligibilidade humana (Butler, 2003).

Dessa forma, apesar das possíveis rotas de fuga, o cenário doméstico instaura nos sujeitos normatizações e demarca o caminho que deve ser percorrido, buscando legitimar a coerência corporal de sexo/gênero/sexualidade e reiterar as práticas do sistema cis-heteronormativo¹, naturalizadas e sustentadas discursivamente. Além disso, a família auxilia

¹ A ideia de cisnormatividade pode ser alinhada à de heteronormatividade. Segundo Cathy Cohen (1997, p.

na manutenção dos binarismos presentes comumente nas identidades e no gênero - visão dualista que preserva o modelo ocidental de família nuclear que se estrutura nas relações biológicas (Louro, 2018; Butler, 2003).

Assim, apesar da comum associação que se faz entre proteção e família, que tem sido arduamente defendida por grupos conservadores de direita², percebemos que se protege, pela família, pela sociedade e pelo Estado, a matriz biológica e binária, que delimita a fronteira do masculino e do feminino, naturalizada e tida como verdade absoluta, de modo que a paternidade e a maternidade precisam do sexo para exercerem os laços de filiação e educação. Em contrapartida, as vidas vigiadas, violadas, violentadas e desqualificadas, por não se enquadrarem nesses moldes de gênero, devem desaparecer, não merecendo proteção e sendo indefensáveis (Butler, 1990). Paradoxalmente, ainda que as normas regulatórias sejam constantemente reiteradas, de maneira compulsória, há o espaço para a produção desses corpos que lhes escapam, para delimitação da fronteira entre os corpos que importam e os abjetos (Louro, 2001; Butler, 1990).

Considerando essas possibilidades de aparecimento social e resistência ao apagamento, este trabalho fará uso das memórias como aporte de análise, mas dando enfoque ao que geralmente não se nomeia, e por isso é tido como universal e natural, mas que delimita o desajustado, o Outro, o antinatural: a cisgeneridade. Sobre isso, Preciado (2020) argumenta a respeito desse lugar, quando é feito a ele um convite para falar sobre a “coragem de ser você mesmo” no festival *Mode d'Emploi de Lyon*, dizendo que depois de o terem feito carregar o peso de ser excluído socialmente, dão a ele agora o “privilégio” de falar sobre a sua “coragem” de ser ele mesmo, enquanto ficam sentados, fazendo do seu relato um entretenimento. Diz ainda que não viveu sua vida com coragem, mas com "entusiasmo e júbilo" (p. 140), mas disso não querem saber, preferem sentir pena. Portanto, interpreto que

440), a heteronormatividade constitui-se pelas “práticas localizadas e instituições centralizadas que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e relacionamentos heterossexuais como fundamentais e ‘naturais’”. A cisnormatividade estaria alinhada à heteronormatividade, na medida em que se constitui pelas práticas e instituições que legitimam e privilegiam a cisgeneridade como corporalidades e identidades de gênero naturais e mentalmente saudáveis. Tais práticas organizam, entre outros fatores, moralidades, ideais de família e Estado, bem como as possibilidades políticas de pensarmos as diversidades corporais e de identidades de gênero (Vergueiro, 2016, p. 264).

² Surge a nova "direita conceitual", como denomina Trevisan (2018), que é especializada em *fake news* e pós verdades, na segunda década do século XXI, roubando e dando novos sentidos a conceitos utilizados pela esquerda, como liberdade de expressão, utilizando-o como pretexto para infringir direitos e serem preconceituosos com minorias. O Movimento Brasil Livre (MBL) é um dos grupos mais emblemáticos, respaldado por pensadores neoliberais e fascistas, que atua em diversas frentes com a função de vigilância e censura da moral e integralidade da família brasileira e visa reconquistar o território perdido por eles pelo movimento progressista.

em sua crônica ele anseia que às pessoas cisgêneras, e particularmente heterossexuais, falte coragem, que faltem força e energia para repetirem a norma, para continuarem fabricando identidades, que parem de acreditar que os papéis dizem verdade sobre eles/elas, para que, assim, quando tiverem perdido toda a coragem, inventem novos usos para seus corpos, para que a revolução seja feita pela fragilidade.

Nesse sentido, tendo em vista o que mencionei anteriormente sobre a família ser uma instituição construída historicamente como repressora de sexualidades desviantes, e que reitera a cis-heteronormatividade, assim como, ressaltada a importância da responsabilização de pessoas cis por esses processos de objetificação do Outro, pensando na sua mobilização contra essas violências, as memórias serão relativas a esse contexto em um período em que o controle familiar pode ser exercido com maior hegemonia, que é a infância (Favero, 2019). Dessa forma, podemos questionar: Como a instituição social família ensina a cisgeneridade enquanto norma na infância? E quais os possíveis efeitos desse controle na infância?

Dessa forma, a presente pesquisa de dissertação pretende: debruçar-se sobre memórias de infância para pensar sobre os sentidos da educação voltada para a cis-heteronormatividade no contexto familiar, buscando: (1) compreender as pedagogias de gênero e de sexualidade que atuam na instituição familiar; (2) evidenciar experiências de gênero e sexuais transgressoras às normas na produção de memórias de infância na família e (3) investigar os agenciamentos das normativas de gênero e sexualidade dos/as participantes na educação de seus/as filhos/as. Além disso, configura-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, vinculada ao grupo de pesquisa “Infância, Juventude e Cultura Contemporânea” (GEIJC) e pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis e à linha de pesquisa “Educação, Cultura e Diferenças”.

Para isso, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com três mães e um pai, estudantes da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), pertencentes aos cursos de Administração, Enfermagem, Sistemas de Informação e Psicologia, com idades entre 20 e 30 anos. Nas entrevistas, as/os participantes falaram sobre suas memórias de infância, no que se refere à educação que lhes foi dada no contexto familiar e seus reflexos na educação que eles/elas fornecem aos filhos/as, e também relataram sobre como o gênero e a sexualidade perpassam essa educação dentro do ambiente familiar, com apontamentos sobre as possíveis diferenças nas pedagogias de corpos ditos femininos e masculinos. A partir dessas memórias, foram realizadas análises em articulação com discussões teóricas a respeito da inteligibilidade de um modelo de família cis-heteronormativo, que é sustentado e instituído

historicamente por meio de valores e princípios capitalistas e liberais.

Nesse sentido, Para realizar essas discussões, inicialmente, no primeiro capítulo, apresento como a instituição familiar foi construída histórica, política, social e econômica, buscando visibilizar a desestruturação desse modelo hegemônico enquanto a-histórico e imutável, pensando nas relações de poder-saber envolvidas na sua estruturação enquanto norma. Além disso, também são elaboradas discussões sobre as divisões rígidas de papéis desempenhados por pais, mães e filhos, e suas funções e performances legitimadas e naturalizadas. No segundo capítulo, em paralelo aos debates do capítulo inicial, são abordadas as complexidades do neoconservadorismo, buscando esmiuçar os discursos de ódio e as violências camufladas nas práticas de contraposição às mudanças sociais ocorridas a partir das conquistas de direitos dos movimentos feministas e LGBTQIA+. Assim, apresento que a comum justificativa utilizada para embasar essa contraposição, que é a defesa da família e da infância, é uma falácia, tendo em vista que, em suma, esses movimentos neoconservadores buscam a preservação das normativas cisgênera e heterossexual.

No terceiro capítulo, abordo sobre o surgimento, a utilização e as implicações da categoria analítica da cisgeneridade, apontando a importância do movimento transfeminista nesses debates, mas também pensando na necessidade de pessoas cisgêneras se implicarem e se apropriarem do conceito para produção de mudanças. Já no capítulo quatro, concentram-se as discussões teórica-metodológicas que embasam a pesquisa, apontando a importância da construção de sentidos na elaboração dos discursos e a maneira como o passado incide no presente, por meio das memórias, para essas elaborações.

Para isso, são abordados os entrelaçamentos dos conceitos de tempo e memórias, com a realização do contraponto entre a perspectiva burguesa e capitalista sobre essa interconexão e as possibilidades de pensá-las sob outra roupagem, por meio das fissuras e multiplicidades que compõem os discursos históricos, refletindo sobre as narrativas invisibilizadas para a construção da história sob a perspectiva do vencedor. Por fim, no último capítulo são realizados os diálogos entre a perspectiva teórica-metodológica adotada na construção da pesquisa e as narrativas dos/as participantes, que foram analisadas e organizadas em quatro eixos temáticos, sendo eles: as dinâmicas de poder atuantes nos discursos sobre os sentidos da família; o perigo da figura masculina e a culpa materna; a diferença sexual atuante na educação de meninos e meninas e a manutenção e desestabilização de pedagogias.

1 CONSTRUÇÃO DO MODELO HEGEMÔNICO DE FAMÍLIA E SEUS ALICERCES

Os sistemas de parentesco e a instituição familiar variam de uma cultura para outra, e são sistemas complexos, com normas regulatórias que configuram sua organização, estabelecendo os laços permitidos e os não-permitidos, bem como os papéis desempenhados por cada membro da família (Rubin, 1973). Na história, a família foi se diferenciando até chegar à moderna dissolução final no par individual, criando a área restrita das relações privadas. Assim, a família nuclear cis-heteronormativa e monogâmica, nem sempre foi tida como norma e modelo (Engels, 2019; Horkheimer; Adorno, 1956).

Engels (2019), a partir dos estudos de Morgan (1964), apresenta em seu livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” algumas configurações de famílias observadas no decorrer da história. A primeira forma de organização é a família consanguínea, na qual era permitida a relação entre ascendentes e descendentes, com exceção do pai e mãe com filhos e filhas, de modo que irmãos e irmãs, primos e primas eram considerados todos irmãos entre si, e por isso, seriam todos marido e mulher um dos outros. Na família punaluaana, foi restringida a possibilidade de irmãs e irmãos estabelecerem relações sexuais recíprocas, o que foi uma mudança mais difícil, tendo em vista a proximidade etária entre eles/elas. Já na família de um par, o matrimônio se estabelece com um homem e uma mulher, com a ressalva de ao homem ser permitida a traição e, em contraposição, à mulher se exige fidelidade. Porém, esse laço pode ser desfeito facilmente por uma das partes e os/as filhos/as são herdeiros da mãe.

Assim que as famílias puderam tomar posse de bens e terras, tornando o homem o principal responsável por esse acúmulo de riquezas, o pai e sua sucessão hereditária foram ganhando maior destaque. Foi se constituindo uma esfera cada vez mais definida entre público e privado, afastando, de maneira progressiva, os sujeitos uns dos outros, modificando a vida em grupo em proveito do individualismo. Nesse sentido, com a multiplicação das riquezas, foi propiciado ao homem uma posição de maior importância em detrimento da mulher na instituição familiar, impactando na relevância que era atribuída até então à linhagem matrilinear, que teve sua soberania substituída pela linhagem paterna (Del Priori, 2014; Engels, 2019)

Tal soberania é expressa na etimologia do termo “família”, que é uma expressão inventada pelos romanos para definir um organismo social no qual o pai submetia mulher, filhos/as e escravos/as ao seu poder paterno, tendo direito de vida ou morte em relação a

eles/elas. Assim, a família moderna tem como base a escravização, inclusive da mulher, contendo nesse núcleo todos os antagonismos presentes na sociedade e no Estado. Portanto, passa-se a haver a transição da família do par para a monogamia. Com o intuito de assegurar a fidelidade da mulher e paternidade dos filhos/as, submete-se a mulher ao poder do homem, de modo que, quando ele a mata, é apenas com o objetivo de exercer seu direito (Engels, 2019).

Nesse sentido, a família monogâmica estrutura-se a partir de condições econômicas, pautando-se na propriedade privada em detrimento da propriedade comum, tendo como pilar a soberania do homem, que preza pela reprodução com a linhagem paterna incontestável, já que, posteriormente, esses herdeiros naturais irão assumir o patrimônio do patriarca. Portanto, ela se diferencia do casamento do par pela solidez do matrimônio, que não pode ser dissolvido facilmente, tendo esse direito de dissolução garantido apenas ao homem, a quem é permitida também a infidelidade conjugal. Assim, espera-se da mulher a submissão, castidade e fidelidade rigorosa (Engels, 2019).

O caráter social intermédio e sumamente variável da estrutura familiar não se manifesta prontamente e, o que é mais, tende a negar ou esquecer tais características. Tudo isto constitui uma boa vantagem para a conservação ideológica da família. A tendência para hipostasiar certas formas de família ou um pretenso conceito mais genérico dessa instituição mostrando grande resistência a desaparecer (Horkheimer, Adorno, 1956, p. 134).

Nesse sentido, o casamento e a família são retirados dessa posição de instituição natural, passando a ser pensadas enquanto construídas pelas dinâmicas históricas. Porém, temos observado a discussão sobre a crise da família moderna e, para compreendê-la, é necessário levar em conta os antagonismos que estão presentes nessa instituição desde o começo de sua estruturação. A família burguesa, apesar de poder ser considerada enquanto anacrônica, não acompanhando as mudanças sociais, políticas, econômicas e históricas, se sustenta e é mantida por servir à adaptação dos sujeitos à sociedade, sendo um dos veículos pelo qual os/as filhos/as são educados a se adaptarem socialmente, formando-os/as para cumprir tarefas necessárias para o funcionamento do sistema social (Horkheimer, Adorno, 1956).

1.1 A cultura, o sistema de parentesco e a diferença sexual na construção de um modelo universal de família

Nesse processo de desnaturalizar a instituição familiar, expondo seus alicerces e

fragilidades, saliento também suas interconexões com as configurações políticas e econômicas. O sistema capitalista constitui-se enquanto uma série de relações sociais que visa transformar dinheiro, coisas e pessoas em capital, que, quando trocado por trabalho, se reproduz a partir da apropriação da mais-valia³ produzida pelo trabalhador. Porém, para a manutenção da força de trabalho e a sua reprodução, é necessário não apenas os produtos básicos para a sobrevivência do trabalhador, como alimentos, roupas, vestimentas, mas também um trabalho adicional, pois esses produtos, quando comprados, não estão em condições de uso imediatas. Assim, a opressão da mulher apresenta-se no cerne da dinâmica capitalista, tendo relação entre trabalho doméstico e reprodução do trabalho. Dessa forma, nesse processo de produção do capital, é somado ao volume final da mais-valia esse trabalho doméstico não remunerado exercido pelas mulheres (Rubin, 1973).

Apesar de Engels apresentar a opressão sexual como herança que o capitalismo recebeu de outras organizações anteriores, incorporando sexo e sexualidade em sua teoria, ele faz a separação entre “modos de produção” e “modos de reprodução”, estando, de um lado, a produção de meios de sobrevivência, alimentos, roupas e ferramentas e, de outro, a produção dos próprios seres humanos, com a multiplicação da espécie, associando economia com a produção e sistema sexual com a reprodução. Entretanto, Rubin (1973) argumenta que esse movimento empobrece a discussão dos sistemas, pois produções e reproduções se fazem em ambos, de forma que todo modo de produção implica em reprodução. Por outro lado, a reprodução social não se limita apenas ao sistema sexual e vice-versa. Isso se observa na maneira como a esfera do sexo, gênero e sexualidade sofrem impactos constantes das atividades sociais, que o modificam, sendo o sistema sexo/gênero não apenas relacionado a relações de procriação e seus aspectos estritamente biológicos.

Rubin conceitua como sistema sexo/gênero o mecanismo cultural que transforma masculino e feminino biológicos em gêneros hierarquizados produzidos pela atividade humana, que se configuram a partir de instituições culturais, como a família e a heterossexualidade compulsória, indicando o trânsito entre natureza e cultura (Rubin, 1973; Piscitelli, 1998; Butler, 2022). A partir dessa conceituação, busca-se expandir a compreensão da universalização da subordinação das mulheres, introduzindo a dimensão política nas análises, com olhares críticos à dimensão universal, que colocaria as mulheres em um âmbito a-histórico, incapaz de observar as complexidades e mudanças nessas concepções (Piscitelli,

³ “[...] a mais-valia é a diferença entre o valor total produzido pela classe operária, e a parte daquele total que é usada para mantê-la” (Rubin, 1973, p. 6).

1998). Uma das formas observáveis desse sistema de sexo/gênero é o sistema de parentesco, que concretiza e organiza socialmente a sexualidade (Rubin, 1973).

Esse sistema não se refere apenas a pessoas aparentadas biologicamente, podendo inclusive se referir a categorias que se contrapõem a relações genéticas. Um dos pilares do sistema de parentesco reside na troca de mulheres entre homens, sendo o casamento, apontando por Levi-Strauss (1982), como uma forma de troca de presentes em que as mulheres são o bem mais precioso. Assim, os parceiros envolvidos nessa troca tornam-se parentes, estabelecendo-se laços entre os homens por intermédio das mulheres, e as noivas são apenas instrumentos nessa transação, conferindo ao homem o poder. Portanto, nesse processo, é exercido o direito dos homens sobre as mulheres, e é exposta a falta de direito dessas sobre si mesmas (Rubin, 1973).

Nesse sentido, a identidade cultural masculina estabelece-se a partir da diferenciação entre clãs patrilineares, vinculando-os e também diferenciando-os. Para isso, o tabu do incesto é entendido como artifício para que sejam garantidas essas trocas entre famílias e grupos, que subdividem as escolhas sexuais em categorias, definindo os/as parceiros/as permitidos e os interditos (Rubin, 1973). Portanto, ele produz a heterossexualidade exogâmica, proíbe a endogamia, propiciando o parentesco. Porém, nessa relação de reciprocidade entre os homens, observamos a inexistência de reciprocidade entre homens e mulheres e a não relação entre as mulheres (Butler, 2022).

Assim, esse sistema é compreendido a partir da diferença sexual (Piscitelli, 1998). Se os imperativos biológicos de gênero fossem irreversíveis, como se postula, não seria necessário reiterar as uniões heterossexuais a partir da interdependência econômica, assim como proibir uniões não heterossexuais, estabelecendo o tabu da homossexualidade⁴. A concepção de que homens e mulheres são diferentes entre si é estabelecida culturalmente, e o gênero é constituído para a garantia do casamento cis-heterossexual (Rubin, 1973; Lévi-Strauss, 1982).

Porém, essas construções discursivas que fundam o estruturalismo, presumem a heterossexualidade em toda parte, e as posições culturais masculinas e femininas como imprescindíveis. Essa busca pelas origens, no intuito de localizar as hierarquias de gênero, presentes na consolidação da cultura, apesar de contribuir para a argumentação crítica ao patriarcado e ao capitalismo, pode instituir a inevitabilidade histórica desse passado

⁴ O tabu do incesto institui um tabu anterior, da homossexualidade, que estabelece a proibição de uniões não heterossexuais (Rubin, 1973).

recuperado, com a descrição de uma narrativa única e universalizante (Butler, 2022)

Assim, o drama edípiano, que consolida a exogamia e o sistema de parentesco, pressupõe a proibição como primordial para a transição da natureza para a cultura, vivenciada por todos os sujeitos, mas sendo a mãe proibida por pertencer ao pai, e sendo essa proibição inevitável, temos que o pai e a mãe são constructos imprescindíveis para a própria proibição. Portanto, pertencer à cultura significa superar o tabu do incesto por meio da diferenciação de gênero, tornando-se uma pessoa heterossexual e cisgênera. Se compreendemos a cultura como não sendo uma unidade coesa, mas perpassada por relações de poder, repensamos todo o sistema de trocas de mulheres enquanto práticas que se reduzem à heterossexualidade, que origina a cultura. A heterossexualidade enquanto fundante deve ser vista como parte de operações de poder e de uma fantasia, que estrutura a concepção de sociedade, estado e nação (Butler, 2003).

Embora possamos ser tentados a dizer que a heterossexualidade assegura a reprodução da cultura e que a patrilinearidade assegura a reprodução da cultura na forma de um todo reproduzível em sua identidade através do tempo, também é verdade que o preconceito de uma cultura como uma totalidade auto-sustentável e auto-replicável apóia a naturalização da heterossexualidade e que a totalidade da abordagem estruturalista das diferenças sexuais torna emblemático esse movimento de garantir a heterossexualidade através das temáticas da cultura (Butler, 2003, p. 252).

Além disso, a antropologia estruturalista de Lévi-Strauss, com a distinção de natureza/cultura, foi material para teóricas feministas na consolidação de uma distinção entre sexo/gênero, associando o feminino ao natural e biológico, e a subordinação da mulher enquanto socialmente construída (Butler, 2021). O gênero como conceito marcado pela cultura perpassa muitas perspectivas feministas, com o intuito de dar notoriedade às mulheridades e feminilidades. Assim, o sexo está para a natureza, a matéria-prima, assim como o gênero para a cultura, o que é produzido. Dessa forma, o sexo viria antes da lei, configurando a matéria-prima que é significada a partir das regras de parentesco (Nascimento, 2021).

Porém, apesar dos seus esforços, a natureza biológica do corpo como anterior ao gênero ainda permanece em seu estudo, vinculando o gênero às bases naturais e reiterando a anterioridade biológica na qual o gênero atua (Nascimento, 2021). Nesse sentido, o seu ensaio está em consonância com essa distinção entre sexo e gênero, presumindo uma realidade ontológica anterior de um sexo que posteriormente se transforma em gênero. Essa associação do sexo enquanto instrumento de significação é um discurso que fundamenta a naturalização da distinção natureza/cultura, e das relações de poder e dominação que essa

diferenciação consolidada. Seus desdobramentos relacionam a razão, a mente e a ação à masculinidade, que teria o poder de significar a natureza, tida como o feminino. O discurso de naturalização, instituído discursivamente, reitera a distinção entre natureza/cultura e a sua associação com feminino/masculino respectivamente. (Butler, 2022). Assim, para o rompimento com a concepção binária de gênero, pautando-se nas bases biológicas, é importante pensarmos que nem o gênero e nem o sexo são propriedades do corpo biológico, não havendo uma anterioridade à cultura, que se refere à natureza. Gênero é, então, produto e processo, havendo “tecnologias de gênero” que, como definidas por Lauretis (2019), refere-se à multiplicidade e à proliferação discursiva que fabrica as masculinidades e feminilidades.

Uma das primeiras fundamentações que vinculam gênero às opressões vivenciadas por mulheres foi a de Rubin (1973), que buscou rejeitar perspectivas universais da opressão das mulheres, visualizando o sistema sexo/gênero como capaz de produzir a atividade humana histórica, postulando que os sistemas sociais estruturam o sexismo e o gênero (Nascimento, 2021). Ela instiga o deslocamento de desnaturalização do sexo por meio da categoria gênero, fundamentando gênero a partir de uma perspectiva cultural. Além disso, a autora ainda propõe que o colapso do gênero se realiza com a destruição da heterossexualidade compulsória, tendo em vista que o gênero é a transformação sexual de sexualidades biológicas diversas em heterossexualidade, e essa se configura com a hierarquização de identidades de gêneros distintas. Porém, ela não detalha essa possibilidade de erradicação do gênero na sua análise (Butler, 2022).

A tese de Rubin repousa sobre a possibilidade de que a lei seja de fato subvertida, e de que a interpretação cultural de corpos diferentemente sexuados possa ocorrer, em termos ideais, sem referências à disparidade de gênero. Parece claro que os sistemas de heterossexualidade compulsória podem se alterar – e têm sem dúvida mudado – e que a troca das mulheres, sob formas residuais quaisquer, não determina necessariamente uma troca heterossexual; nesse sentido, Rubin reconhece as implicações misóginas do estruturalismo notoriamente não diacrônico de Lévi- Strauss. Mas que é que leva a conclusão de que o gênero é meramente função da heterossexualidade compulsória, e de que, sem este *status* compulsório, o campo dos corpos não mais seria marcado em termos de gênero? (Butler, 2022, p. 135).

Nesse sentido, é preciso compreendermos gênero enquanto uma tecnologia que não apenas modifica a natureza, mas a produz, não devendo ser visto enquanto responsável por traçar limites a respeito de onde se encerra a natureza e se inicia a cultura. Sua produção se realiza por meio de múltiplas dimensões, que faz com que cada um produza a si mesmo a partir da construção dos corpos generificados (Preciado, 2014). Assim, não é nossa anatomia

a responsável pela produção do gênero, mas o gênero, que sendo processo, produz os corpos, ou seja, não somos nossos corpos, nós os fazemos. Portanto, é necessário rompermos com discursos essencialistas, embaçar as fronteiras entre o biológico e o cultural (Butler, 2022; Nascimento, 2014).

1.2 A naturalização da soberania do patriarca e do amor incondicional

Para a hegemonia dessa instituição familiar burguesa, foi preciso invisibilizar a sua construção ao longo da história, e a prerrogativa de fixidez e naturalização dos papéis de cada membro da família foi um desses pilares. Nesse sentido, algumas “descobertas” científicas em relação ao corpo feminino, como o clítoris e a ovulação, foram utilizadas para acentuar a menoridade física das mulheres em relação aos homens. A observação da existência do clítoris, em 1559, como “fonte de prazer feminino”, ao invés de instigar pesquisas sobre as particularidades desse corpo e seus sistemas, pautou-se em comparações entre o corpo feminino e o masculino, de modo que o clítoris foi definido enquanto um pênis em miniatura, com capacidade de uma curta ejaculação, endossando a tese de que as mulheres teriam as mesmas partes genitais dos homens, mas no interior do corpo, indicando que, por serem imperfeitas, teriam os órgãos escondidos (Del Priori, 2014).

Já em 1840-1850, foi postulada a existência da ovulação, que incluía as mulheres no processo de criação. Porém, por ser categorizada enquanto espontânea, inviabiliza-se o corpo que a produz, reduzindo a mulher a esse processo reprodutivo e supostamente passivo. A partir disso, a ejaculação masculina é reiterada como primordial, enquanto a mulher passa a ser considerada personagem secundária na concepção, produzindo, por décadas, a insensibilidade ao seu prazer, vontades e desejos, tidos como dispensável, salvo em casos de garantia contra a infidelidade (Del Priori, 2014; Badinter, 1985). Nesse sentido, os séculos XII e XVIII configuram anos de mudanças de paradigmas referentes a representações anatômicas do corpo e sua associação ao âmbito biológico. O sistema de representação moderno passa a reger a lógica da diferença, em que ovários, útero, tubas uterinas são representadas como órgãos independentes, sendo a diferença sexual tida enquanto uma verdade anatômica (Preciado, 2020).

No capitalismo colonial, o útero configura-se enquanto um órgão-trabalho, que tem sua produção de riqueza biopolítica extirpada e ocultada pelo discurso da sua função estritamente biológica. Assim, o sistema capitalista não reconhece a reprodução da força de trabalho enquanto atividade socioeconômica, mistificando-a enquanto um recurso natural

que está a serviço pessoal, com o intuito de expropriar-se do trabalho não assalariado envolvido nesse processo (Preciado, 2020). Ao passo que há a desvalorização do corpo reprodutor, sua função reprodutiva é investida de uma mais-valia simbólica, caracterizada como a naturalização da figura da mulher enquanto mãe, e sua inerente realização pessoal nesse processo consiste em um discurso construído que reitera seu caráter biologicista (Federici, 2017).

Aprisionados na ficção individualista neoliberal, criamos a ingênua sensação de que nossos corpos nos pertencem, de que são nossa propriedade. Porém, diversas instâncias governamentais e econômicas gerenciam os nossos órgãos. Dentre todos os órgãos governados, o útero configura-se historicamente como o de maior expropriação política e econômica. Assim, “o útero não é um órgão privado, mas um espaço biopolítico de exceção, ao qual não se aplicam as normas que regulam o resto das cavidades anatômicas” (Preciado, 2020, p. 98).

Portanto, o corpo com útero é um espaço público, na qual sua jurisdição é disputada pelas indústrias farmacêuticas, médicas e pelos poderes religiosos, políticos e econômicos. O discurso do cristianismo teve papel fundamental no controle desse corpo e naturalização de suas funções, atribuindo às mulheres o título, carregado por quinze séculos, de herdeiras de Eva, responsáveis pela expulsão do paraíso, que teriam que pagar por seus pecados dando à luz em meio a muitas dores, tendo o desejo inato de conceber e procriar. Assim, a Igreja determinou que as mulheres eram representantes do mal sobre a terra, um ninho de pecados, sendo o seu corpo considerado impuro (Del Priori, 2014).

Assim, construiu-se uma mulher naturalmente frágil, boa mãe, submissa e doce. Em contrapartida, o poder paterno sempre acompanha a autoridade marital no decorrer da história, sendo reservado a ele o direito de punição sobre as mulheres e filhos/as, pautando-se na dominação para construção dessa figura e suas funções. Para isso, três discursos se entrelaçaram para reforçar e justificar a autoridade da figura paterna. São eles o de Aristóteles, que instituía a sua autoridade como natural; o teológico, definindo-a como divina; e o político, que unia o divino e o natural (Badinter, 1985).

O legado aristotélico repousa no princípio de que há uma desigualdade natural entre os seres humanos, e isso justificaria a autoridade do homem. Nesse sentido, seus privilégios fazem parte de uma condição ontológica, justificando a necessidade de sua soberania sobre os outros membros da família. Então, a naturalização de sua autoridade e superioridade justificam-se por sua semelhança com Deus, usufruindo de sua onipotência, e por suas responsabilidades políticas, econômicas e jurídicas serem semelhantes aos dos reis com seus

súditos, controlando os outros membros da família, e exigindo-lhes a obediência. Então, é essencializada a sua condição enquanto “Pai-Marido-Senhor todo-poderoso” (Badinter, 1985, p. 33).

Sobre essa onipotência paterna e marital, o discurso cristão teve suas contribuições. Na teologia cristã, em Gênesis, o primeiro ato de criação do homem foi dar nome a todas as espécies animais, e ao se encontrar decepcionado por não ter uma companheira que lhe servisse, Deus retirou-lhe uma das costelas e deu origem à mulher. No segundo ato, a mulher torna-se responsável pelos pecados, tendo conhecimento sobre o bem e o mal. Já no terceiro ato, há a maldição lançada à Eva, que terá sua paixão reservada para o marido, que o dominará. Enquanto isso, no livro de São Paulo é descrito que, apesar de homens e mulheres terem os mesmos direitos, existe uma hierarquia entre ele e ela, sintetizando a dinâmica dessa relação em um trecho que se tornou conhecido por muitos séculos: "Vós, maridos, amai as vossas próprias mulheres, como também Cristo amou a Igreja [...] assim como a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos."⁵ (Badinter, 1985).

No que tange ao absolutismo político, seguindo os postulados de Aristóteles, reforça-se a superioridade geracional, implicando a dependência e a submissão dos filhos em relação aos pais. Assim, como existira uma suposta bondade natural dos pais sobre os filhos/as, e sendo a autoridade real paterna, o rei buscaria o bem para os súditos, da mesma forma que o pai deseja o bem aos filhos, mesmo nos momentos de disciplina e punição. A bondade do pai, então, seria natural e instintiva, enquanto a do/da filho/a seria moral. Assim, não bastando a analogia entre o rei e Deus, para justificar a autoridade do monarca sobre a autoridade do pai, tornando-a mais inflexível, relaciona-se também a autoridade política a um direito divino, interrelacionando essas três figuras soberanas (Badinter, 1985).

Constrói-se a ideia de que a autoridade paterna seria vital para a manutenção de uma sociedade hierarquizada, tendo a obediência como um de seus princípios e, por conta disso, o poder paterno deveria ser mantido a todo custo. Estabelece-se um controle social tão intenso que quase não sobra espaço para a existência de outros sentidos, sentimentos e afetos. Assim, Badinter (1985) afirma que, nessas relações familiares hierarquizadas, o discurso sobre o amor e sua presença não era imprescindível, de modo que a inquestionável autoridade do pai e do marido colocam em segundo plano esse sentimento. No lugar da ternura, as relações familiares constroem-se permeadas pelo medo, e a menor desobediência ao pai, ou

⁵ Epístola aos efestos, 5, 23-24

ao representante dessa autoridade, merece punição.

Dessa forma, o modelo de amor conjugal construído é o que une duas pessoas de gêneros opostos, enquanto marido e mulher, em uma relação que deveria ser de amizade, sem excessos conjugais. É dever do homem encontrar uma esposa que esteja em uma idade adequada com a sua, com um bom dote, assemelhando-se ao seu nível social, e que fosse virtuosa. Se esses critérios fossem preenchidos, podia haver o casamento. Duas pessoas desconhecidas se casavam, podendo não ter trocado nenhuma palavra antes do casamento, em uma união em que o amor não era primordial (Badinter, 1985).

Portanto, até a metade do século XVIII, o amor não se configurava enquanto um valor social familiar, o que não significa a sua total inexistência em todas as relações matrimoniais e familiares até essa época, mas ressalta o seu caráter construído, e não instintivo, contrapondo o discurso, muito proferido socialmente, sobre a inerência do amor nas relações familiares (Badinter, 1985; hooks, 2021). Assim, pensando sobre o que foi dito até aqui, a respeito da família enquanto construção histórica, social e econômica, que se pauta em relações de poder, estabelecendo a soberania do pai e marido sobre a esposa e os/as filhos/as, podemos nos questionar: é possível existir amor nesse modelo de família cis-heteropatriarcal?

Sobre isso, hooks (2021) alerta-nos sobre a falta de entendimento a respeito do amor e seus sentidos, e como essa incompreensão dificulta o ato de amar. Assim, mesmo sendo um substantivo, ela ressalta a importância de pensar o amor enquanto ação, e não um sentimento, por permitir a responsabilização e o comprometimento de quem diz que ama. Isso porque somos ensinados que não temos controle sobre nossos sentimentos, mas que escolhemos nossas ações. Pensando nessa capacidade das ações moldarem sentimentos, desestruturamos suposições socialmente aceitas da existência de amor em relações de abuso e violência, ou das relações familiares serem naturalmente perpassadas pelo amor. Ao lembrarmos que o amor é o que o amor faz, podemos pensá-lo enquanto escolha e não obrigação.

Sendo o cuidado e o apoio as bases para o amor, é impossível e contraditório a coexistência do amor e do abuso. Porém, ao refletirmos sobre essas definições de amor, é assustador pensar e perceber a sua inexistência em nossas famílias, pois, ao apegar-se à ideia de que existe amor nessas relações, a gravidade dos abusos e das violências são amenizadas. Portanto, como a família nuclear cis-heteropatriarcal é uma esfera institucionalizada de poder, podendo ser autocrática e fascista, o discurso do amor enquanto enraizado nas relações familiares - configurando o amor incondicional entre os membros da família - pode ser

utilizado para justificar e legitimar esse poder, esse modelo familiar e sua hierarquia (hooks, 2021).

Porém, isso não indica a impossibilidade de existir amor na esfera familiar, mas é importante ressaltar suas contradições e falhas. Então, para pensar em relações sociais pautadas no amor, hooks (2021) afirma “para amar verdadeiramente, devemos aprender a misturar vários ingredientes – carinho, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso e confiança, assim como honestidade e comunicação aberta” (hooks, 2021, p. 34). Para além disso, ela também pontua a relevância de estabelecer limites e ensinar à criança como estabelecê-los, ao invés de enfatizar a punição como primordial na educação em casa. Ao associar a punição com a disciplina, este torna-se o padrão ao qual a criança irá responder, e serão os possíveis parâmetros com base nos quais ela irá se comportar.

Enquanto na família não existir amor em abundância, será majoritariamente lembrada enquanto instância de dor e sofrimento. Em todas as famílias existirão conflitos e discordâncias, mas a maneira como estes são enfrentados e resolvidos é uma das formas de diferenciar um ambiente familiar saudável, funcional, baseado no respeito e amor, de um ambiente familiar opressivo e disfuncional. Mesmo em momentos de crise, as resoluções não podem ser pensadas a partir do constrangimento, coerção e/ou violências, caso contrário, será uma educação que não prioriza o amor (hooks, 2021).

1.3 Parentesco homossexual e o reconhecimento do Estado

Diante do que foi dito até aqui, consolidou-se a inteligibilidade de um modelo de família e de casamento a partir do uso de vários dispositivos e artifícios para sua estabilização. Porém, a fixidez desse modelo familiar tem sido cada vez mais ameaçada ao longo dos anos. Tinha-se que o produto de um útero seria imediatamente categorizado como propriedade do patriarca. Mas alguns avanços sociais, políticos, econômicos e tecnológicos desestabilizam essa instituição, como: a pílula anticoncepcional, o mapeamento genético, inseminação artificial, a legalização do casamento entre pessoas não hétero e a adoção de crianças por esses casais (Preciado, 2020).

No final da década de 90, emerge a necessidade de reconhecimento civil da conjugalidade entre pessoas homossexuais, configurando uma etapa significativa nos modelos de parentesco ocidentais modernos, constituído historicamente a partir da díade do casal heterossexual e sua prole. Essa demanda por reconhecimento legal sucedem uma necessidade de consolidação de estabilidade depois de inúmeros casos de mortes por conta da AIDS, e com isso, a perda de

moradia e renda por falta de amparo legal para essas uniões (Grossi, 2003).

Porém, o sistema de subjetivação da modernidade europeia colonial baseia-se na distribuição política dos corpos de acordo com as suas possibilidades reprodutivas. Nesse projeto biopolítico de agenciamento da população, a heterossexualidade configura-se como dispositivo de reprodução nacional, excluindo das democracias modernas os corpos com agenciamentos sexuais que não podem ser incluídos no processo de reprodução (Preciado, 2020). Por conta disso, o parentesco homossexual, por contrapor essa lógica da heterossexualidade enquanto geradora de vida, sendo o alicerce da cultura, é visto como perigoso. Ao pensar sobre a construção artificial do humano, com suas possibilidades de construção de famílias a partir de inovações da biotecnologia, ocorre a desestabilização das diferenciações entre natureza e cultura.

Configuram-se, então, novas questões sobre o controle dos recursos genéticos, sendo novo campo de relações de propriedade a ser negociado de maneira legislativa, visando a manutenção desse modelo de família e de parentesco universal que sustenta essas naturalizações (Butler, 2003). Assim, essas novas possibilidades de parentesco homossexual e as novas tecnologias reprodutivas provocam questionamentos acalorados e reflexões sobre a relação entre natureza e cultura e suas diferenciações. Os novos tratamentos de fecundidade, assim como a desestabilização desse modelo familiar pautado na heterossexualidade e cisgeneridade, desestabilizam o conceito de natureza, impactando também o sistema de parentesco, que se pauta nesses postulados (Piscitelli, 1998).

Ao compreendermos o parentesco como conjunto de práticas que estabelecem relações de responsabilização sobre a reprodução da vida e demandas da morte, entendemos que das práticas de parentesco emergem as principais formas de dependência humana, incluindo o nascimento, educação das crianças, dependência e apoio emocional, doenças, falecimento e morte. Nesse sentido, as variações de parentesco que se diferem da família heterossexual, legitimadas pelo juramento do casamento, são consideradas um perigo para as crianças e também desestabilizam as leis tidas como naturais e culturais que embasam a inteligibilidade humana (Butler, 2003).

Tendo isso em vista, o casamento tem se separado das questões referentes ao parentesco, já que os projetos de lei a respeito do casamento entre pessoas não-hétero frequentemente excluem o direito de adoção a esses casais, ou ainda impossibilitam o acesso a tecnologias de reprodução que supostamente seriam garantidas com a legitimidade do casamento. Essa busca pelo direito ao reconhecimento do Estado dessas relações não-

heterossexuais configura o Estado como detentor de um direito que deveria ser concedido a todos os sujeitos, independente da orientação sexual e identidade de gênero. Esses poderes de normalização do Estado tornam-se evidentes quando consideramos a persistente perplexidade em relação ao parentesco não-hetero, influenciando nos debates a respeito da legitimidade dessas uniões. Assim, os sentidos de deslegitimação dificulta a manutenção de vínculos que não são vistos como reais, que não “existem”, ou que não deveriam existir (Butler, 2003).

Assim, Butler (2022) questiona: “Como seria uma lógica alternativa do parentesco? Até que ponto os sistemas lógicos identitários sempre exigem que a construção de identidades socialmente impossíveis ocupe o lugar de uma relação não nomeada, excluída, mas pressuposta e subsequentemente ocultada pela própria lógica?” (p. 78). Nesse sentido, o amparo do Estado para legitimação é uma alternativa perigosa, pois, ao investir nesse reconhecimento, restringe-se o domínio de arranjos sexuais e afetivos legítimos, reiterando o Estado como fonte das normas de reconhecimento, minando outras possibilidades de sociedade.

Ao se exigir reconhecimento, a partir das normas que legitimam o casamento e deslegitimam alianças fora dessa estrutura, ou que a contrapõem, desloca-se o espaço de deslegitimação de uma parcela da comunidade LGBTQIA+ para outra, transformando deslegitimação coletiva em deslegitimação seletiva. Quando pensamos na conversão dessas uniões ilegítimas em legítimas, compreendemos erroneamente todo o campo sexual que se encontra fora dessa dualidade, considerando a existência de um campo menos imaginável que não se reduz a essa busca por legitimidade. Diversas práticas sexuais e relacionamentos que ultrapassam o âmbito da lei tornam-se ilegíveis, emergindo novas hierarquias, com distinções não apenas entre homossexuais legítimos e ilegítimos, mas também produzindo distinções entre formas de ilegitimidade (Butler, 2003).

A partir disso, são importantes políticas que incorporem uma concepção crítica, considerando organizações sociais comunitárias para construção de alianças que não sejam focalizadas no Estado, visto que o casamento só se torna uma alternativa se for categorizado enquanto norma, renunciando possibilidades e perpetuando as relações de propriedade e transformando a multiplicidade de formas sociais de sexualidade em possibilidades normativas e conservadoras. Assim, pensando em um movimento sexual progressista, é preciso compreendermos que, apesar da importância da construção do casamento como possibilidade para pessoas não heterossexuais e cisgêneras, a proposta de que essas uniões sejam as únicas sancionadas e legitimadas constitui-se enquanto prática conservadora

(Butler, 2003).

Assim, é fundamental que politicamente sejam reivindicados inteligibilidade e reconhecimento, porém é crucial também um posicionamento crítico em relação às normas que estruturam o que se configura enquanto uma aliança e parentesco inteligível e reconhecível. A partir disso, é necessário questionar a primazia do Estado como capaz de suprir essas normas, pensando no que ele é e se transformou no decorrer do tempo, visto que debater sobre leis é pensar em arranjos sexuais e formas de parentesco que podem ser adequados e existir, bem como nos limites do imaginável. Está em disputa uma transformação social radical quando pesamos no parentesco sem se reduzir à família, e quando impedimos que o campo da sexualidade seja reduzido ao laço matrimonial. O direito ao casamento e à adoção, assim como o acesso a tecnologias reprodutivas devem ser garantidos a todos/as, independente da configuração e organização desses laços afetivos (Butler, 2003).

2 O MONSTRO QUE AMEAÇA A FAMÍLIA TRADICIONAL: GÊNERO, SEXUALIDADE E NEOCONSERVADORISMO

EU SOU MAIOR DO QUE TODAS AS SENHORINHAS
LUSITANAS QUE APRENDERAM A LER MEU CORPO COMO
AMEAÇA.

EU SOU MAIOR DO QUE AS FLUTUAÇÕES ECONÔMICAS
E DO QUE O TRABALHO COLAPSADO.

A SENSAÇÃO DE QUE DEVO ALGO É TÃO RECORRENTE,
AINDA QUE ISSO JÁ NÃO ME IMPEÇA DE DIZER A ELES –
DE NOVO ELES, SEMPRE ELES – QUE NÃO DEVO

QUE A DÍVIDA É HERANÇA DELES.

EU ESCREVI À SANGUE NA CALÇADA DOS INVASORES:
VOCÊS NOS DEVEM (MOMBAÇA, 2021, p. 30).

2.1 O conservadorismo da direita frente a conquistas de direitos sociais

Alcançaram notoriedade, atualmente, discursos de proteção à família e às crianças, a partir, inclusive, de slogans de campanhas políticas em muitos países utilizados como estratégias políticas por grupos conservadores de direita para não apenas atingir as agendas de gênero - que têm alcançado notoriedade internacional -, mas também dismantlar as democracias, com o levante popular e alcance político (Ferreira; Salgado, 2020).

Nesse sentido, o que tem sido defendido por esses grupos conservadores é a proteção da família, da sociedade, do Estado, da matriz biológica e binária que delimita a fronteira entre o masculino e feminino, naturalizada e vista como verdade absoluta, de modo que as vidas vigiadas, violadas, violentadas e desqualificadas, por não se enquadrarem nesses moldes de gênero, devem desaparecer, não merecendo proteção e sendo indefensáveis (Louro, 2001). Isso porque, paradoxalmente, ainda que as normas regulatórias sejam constantemente reiteradas, de maneira compulsória, há o espaço para a produção desses corpos que delas escapam, para a delimitação da fronteira entre os corpos que importam e os abjetos (Butler, 2022; Preciado, 2014).

O movimento atual em que a direita se encontra vem assumindo a máquina estatal em vários países, tendo como ponto de convergência desconsiderar as políticas de direitos humanos e os tratados internacionais assinados para garanti-los nos campos da sexualidade

e reprodução. Nesse sentido, a recusa do reconhecimento desses direitos transforma movimentos sociais em inimigos políticos, buscando deslegitimar as suas agendas de justiça social. Isso porque, apesar de discutida no meio acadêmico desde os anos de 1980, a categoria gênero demorou para estar presente em documentos internacionais, debates parlamentares, campanhas eleitorais e protestos pelo mundo (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

A publicação do livro “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”, escrito pela autora Judith Butler, em 1990, impactou significativamente o meio social por questionar o binarismo e a ideia de que existe a concepção sexual natural que se contrapõe à construção cultural dos papéis sociais, exemplificando que o sexo é em si mesmo uma categoria generificada, e não uma verdade prévia que se insere na cultura. Essas críticas são relevantes quando pensamos que, para os conservadores, a natureza determinaria as aptidões e os papéis sociais, e a complementariedade entre os sexos feminino e masculino não se refere ao âmbito cultural, caracterizando-se como algo que precisaria ser preservado para a manutenção da ordem natural e social (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Assim, na tentativa de se contrapor a essas concepções críticas aos binarismos e estabilidade do imperativo sexo-gênero-desejo que vem alcançando visibilidade, o conceito “ideologia de gênero” foi retirado do baú e se difundiu cada vez mais em 2010. A construção desse conceito, ideologia de gênero, ocorreu em 1990, e foi incorporada pelos documentos da Igreja Católica em 1998. Sua origem em berço católico nos remete a ideias anteriores, já apresentadas, de “cultura da morte”, posicionamento do catolicismo em oposição à contracepção. Assim, a Igreja espelha na perspectiva de gênero a ameaça à família, ao sexo matrimonial e à ideia de complementariedade entre homem e mulher cis-heterossexual, posicionando-se nos âmbitos tanto da natureza como da moralidade (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Nesse sentido, o seu resgate nos últimos anos tem funcionado como uma “cola simbólica” para agrupar a atuação de personagens com interesses distintos, mas contrários a essa suposta ameaça, de modo que, movidas por revanchismo, paranoia política e fundamentalismo religioso, uniram-se diferentes vertentes conservadoras e autoritárias (Trevisan, 2018). Católicos e evangélicos têm se aproximado cada vez mais com o intuito de bloquear os avanços no âmbito dos direitos sexuais, alcançar maior poder político, redefinir os sentidos dos direitos e políticas públicas e, para isso, estão contando com profissionais do direito, ciências políticas, psicologia e candidatos políticos que não necessariamente são cristãos (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Os movimentos políticos conservadores têm se aprimorado em resposta às mudanças nas estruturas sociais que ocorreram, visto que segmentos minoritários têm se fortalecido e desafiado a ordem estabelecida. Além disso, sucederam-se mudanças substanciais na esfera legal relativas à legalização do aborto, legitimação do casamento entre pessoas do mesmo sexo-gênero, aprovação de leis a respeito das identidades de gênero, adoção de crianças por casais não heterossexuais, nas quais tais conquistas foram sequenciadas por uma “politização reativa” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020). Com isso, surgiram novas estratégias e discursos foram readaptados pelo campo conservador para maximar o alcance de sua revolta e ódio, o que provocou a vitória de candidatos de extrema direita, que passaram a ocupar postos importantes em sistemas de governo democráticos pelo mundo todo (Brown, 2019).

Todavia, a instauração dessa expansão e fortalecimento da direita, em várias instâncias, não ocorreu de uma hora para outra. Os governos mais progressistas e sua insensibilidade política se equivocaram ao esperar a autodestruição desses movimentos de direita a partir de seus escândalos e facções internas, satirizando seus atores políticos, relativizando suas possibilidades de alcance, além de acolherem, em certa medida, parte dessa direita em seus governos, ao invés de elaborarem estratégias para desestabilização desses movimentos conservadores, na tentativa de minar as possibilidades de levante dessas figuras emblemáticas e polêmicas (Brown, 2019).

Assim, esses movimentos foram subestimados pelo seu baixo nível intelectual e falta de densidade teórica, e expandiram-se as forças já existentes do neoliberalismo - que exaltam o capital, a repressão do trabalho, a demonização do Estado social e político, atacando as igualdades e supervalorizando a liberdade -, de modo a aderirem a características aparentemente opostas, como o nacionalismo, a exaltação de uma moralidade tradicional e o auxílio do Estado para solucionar problemas econômicos e sociais (Adorno, 2020). Dessa forma, houve a conjugação de uma retidão moral por meio de condutas amorais, com posicionamento de desdém aos políticos e à política enquanto se colocavam favoráveis à potência e ambição política (Trevisan, 2018).

2.2 Movimento transnacional: a expansão da direita no Ocidente

Na França, desde 2010, organizações católicas - sendo algumas ligadas à Opus Dei - atuavam de maneira contrária a conteúdos que estavam relacionados à igualdade de gênero

e diversidade sexual nas escolas. Já em 2012, ano em que se discutia no Parlamento o projeto de legalização do casamento igualitário, ocorreu a campanha *La Manif por Tous* (A manifestação por todos) que reuniu mais de 600 mil pessoas, as quais buscavam barrar esse projeto (Preciado, 2020). Os adversários da proposta tinham como alvo a educação sexual e os estudos de gênero, utilizando como estratégia o uso da “ideologia de gênero” para mobilizar a população contra a ameaça à família e a uma criança construída de antemão como cis-hetero, buscando preservar e proteger as normas sexuais e de gênero que, em contrapartida, castigam, ameaçam e matam qualquer dissidência (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Ademais, nesse ano, ocorreram várias manifestações na Polônia, caracterizadas como movimentos antigêneros, que corroboraram com a vitória da direita nesse país nas eleições de 2015, de modo que algumas dessas lideranças começaram a fazer parte do governo. Em escalonamento, esses acontecimentos influenciaram também os avanços da extrema direita na Hungria, que em 2018 proibiu os estudos de gênero nas universidades públicas por meio de um decreto assinado pelo primeiro-ministro de extrema direita, Viktor Orbán (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Além disso, alguns slogans se tornaram conhecidos por disseminarem as ideias dessa nova direita moralista e conservadora, que, além de defender o controle sobre os corpos por meio da privatização da família e infância, expandiram essa perspectiva de familismo para a nação, na qual teria o direito de escolher quem poderia adentrar em seu território. Alguns desses slogans são: “*Make America great again*”, “A França para os franceses”, “*Take back control*”, “Polônia pura. Polônia Branca”, “Manter a Suécia Branca”, “Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha”. Assim, é possível perceber que nesses slogans há o ressentimento expresso por meio de discursos racistas e cristãos de um grupo que se viu lesado e frustrado pelo alcance das conquistas das minorias no campo social, político e econômico e, com isso, defenderam a ideia de que teriam a liberdade para oprimir, barrar, violentar e matar, se esse “direito” não lhes fosse permitido, sendo, portanto, oprimidos em seu direito de oprimir - ou, como preferem argumentar, teriam sua liberdade de expressão barrada (Brown, 2019).

Nesses protestos, campanhas e discursos, a imagem da família nuclear aparece acompanhada de concepções que rejeitam o termo gênero, reafirmam a heterossexualidade como fundamento primordial da família, dão ênfase ao caráter religioso atribuído à família, e afirmam ser um direito a rejeição do casamento entre pessoas não heterossexuais. Dessa forma, observamos o aspecto transnacional como característica do neoliberalismo, detectado pela disseminação de mensagens similares em países da Europa e da América. Ainda que

nem sempre é obtido sucesso nessas campanhas e protestos, essas mobilizações propiciaram a expansão do movimento e a ascensão da extrema direita (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

2.2.1 América Latina e suas particularidades

As democracias na América Latina têm enfrentado uma complexidade de forças políticas e sociais, principalmente em relação às políticas sexuais e de gênero. Nas últimas quatro décadas, têm ocorrido avanços nas regulações de decisões, identidades e práticas sexuais ou reprodutivas, impensáveis até pouco tempo, com a elaboração de leis que ampliaram a legalidade de decisões relacionadas à interrupção voluntária da gestação, diversidade sexual, técnicas de reprodução e identidade de gênero. Em contrapartida, têm se consolidado setores em defesa de princípios, como a vida, família e liberdade de crença, compondo uma frente conservadora (Biroli; Vaggione; Machado, 2020)

Assim, é possível observarmos o fortalecimento de atores coletivos com reivindicações e agendas conflitantes: de um lado, os movimentos feministas e LGBTQI e, de outro, católicos e evangélicos pentecostais. Enquanto os primeiros têm atuado para a promoção da igualdade e extensão de direitos sexuais e reprodutivos, os segundos adotam uma política de identidade e representação que agende pauta na defesa da liberdade religiosa, família e moral cristã. Nesse sentido, a forma atual do conservadorismo latino-americano relaciona-se a uma temporalidade que é perpassada por avanços alcançados pelos movimentos feministas e LGBTQI e, em contraposição a isso, passaram a se utilizar de discursos como o da “política de morte” e a “ideologia de gênero” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020)

Dessa forma, a cruzada contra o gênero tornou-se o prelúdio do autoritarismo, de modo que as políticas de direita se utilizaram da retórica da ameaça que representavam essas conquistas e, a partir disso, buscaram dismantelar instituições democráticas, modificar currículos escolares e enfrentar organizações que dão suporte a pesquisas científicas. O ciclo de protestos, que visava se opor à “ideologia de gênero” na América Latina, iniciou-se em 2016, mas a expressão já havia feito parte de debates públicos ainda em 1990. Dessa forma, foi propagada a noção de algo que deveria ser temido, causando insegurança e pânico moral entre a população, sendo utilizada como recursos para campanhas, o que possibilitou que atores políticos conservadores alcançassem visibilidade e reconhecimento (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Esses protestos levaram milhares de pessoas às ruas em várias cidades por diferentes países, os quais tinham como ponto de convergência oposições que se enquadraram em três eixos centrais: educação sexual e material educacional direcionado à igualdade de gênero e ao respeito à diversidade sexual; o casamento entre pessoas do mesmo sexo-gênero e a adoção de crianças por casais LGBTQI (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Outrossim, em 10 de agosto de 2016, milhares de pessoas organizaram marchas em cinco cidades colombianas em oposição às políticas estaduais de educação sexual. Tais manifestações visavam se opor ao conteúdo que foi elaborado na Lei nº1.620/2013, que determinava que as escolas deveriam adotar códigos e ações para a garantia de direitos humanos, sexuais e reprodutivos dos estudantes, com medidas para mitigar violências. Além disso, reagiram à prescrição de revisões aos manuais escolares pelo Supremo Tribunal Federal (T478 de 2015), que foi estabelecida em resposta ao processo movido pela mãe de um estudante que cometeu suicídio depois de ter sido discriminado sexualmente em sua escola⁶. Assim, políticos conservadores e religiosos definiram tais práticas como uma maneira de “colonização homossexual”, com o intuito de implantar a “ideologia de gênero” no país. Essas mobilizações também responderam, assim como em outros países, à legitimação da união entre pessoas do mesmo sexo-gênero (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Ainda, em 2016, foi organizada no México a marcha contra o casamento igualitário, realizada pela *Frente Nacional por la Familia*. Ocorreu simultaneamente em várias cidades pelo país e, em seguida, foi organizada a *Marcha Nacional por el Matrimonio, los Niños y la familia*, na Cidade do México. Tais acontecimentos responderam às iniciativas do governo de modificar a Constituição e o Código Civil, visando a inclusão da união e o direito à adoção por casais do mesmo sexo-gênero, assim como mudanças no direito à identidade de gênero por pessoas transexuais (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

No Peru, nesse mesmo ano, ocorreu a campanha *#ConMisHijosNoTeMetas*, que se posicionava contra as novas diretrizes de educação sexual. A reforma da educação básica propunha a diferenciação entre sexo e gênero, com discussões a respeito da diversidade sexual. Já em 2017, 25 mil pessoas se reuniram em Lima para protestar contra esse texto, além de terem sido demitidos ministros da Educação, pressionados por movimentos

⁶ Para mais informações sobre o caso, acesse: https://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/02/150121_colombia_serpio_urrego_acusacion_discriminacion_homosexual_gay_aw. Acesso em 27/06/2023.

neoliberais e seus aliados no Congresso. Enquanto isso, no Paraguai, a Resolução n. 29.664 de 2017, do Ministério da Educação e Ciência, proibiu a utilização e difusão de materiais impressos e digitais que abordassem a teoria e/ou ideologia de gênero nas instituições escolares (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Importante salientar que na América Latina observamos que, em consonância com a expansão das igrejas pentecostais conservadoras, ocorre o expressivo exercício de poder político desempenhado por esses atores evangélicos, os quais têm alcançado centralidade na oposição à diversidade sexual em protestos. Esse fenômeno diferencia-se dos movimentos do neoconservadorismo da Europa do leste e central, na qual notamos apenas a aliança da Igreja Católica com a direita e a extrema direita, não havendo a influência das religiões evangélicas nesse cenário (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Apesar do peso dos evangélicos nessas ações, a Igreja Católica também é central nesses países latinos para disseminação da ameaça da “ideologia de gênero”, de modo que sua oposição a ela, principalmente em relação à educação contra homofobia e ao casamento de pessoas do mesmo sexo-gênero, possibilitou que se tornassem visíveis e consolidadas as alianças entre cristãos e políticos. Essa aliança entre atores católicos e evangélicos tradicionalistas pelo continente, impelida pelo crescimento do movimento pentecostal em vários países, tem em comunhão a defesa da família heterossexual, defende a vida desde a concepção e a moralidade cristã. Age como se não houvesse conflitos entre o catolicismo e pentecostalismo e dentro deles, no intuito de unir forças para a realização de debates e ações políticas. Essa junção rejeita o aborto e a homossexualidade, mesmo que cada vertente dê ênfases diferentes aos temas (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

2.2.2 A expansão do neoconservadorismo no Brasil

Após o impeachment da então presidenta Dilma Rouseff, ocorreu o processo de eclosão dos governos de direita no Brasil. Com as denúncias de corrupção das gestões petistas que, mesmo envolvendo políticos de todo o espectro partidário, pesaram especialmente para o campo da esquerda - que foi acusada de trair as promessas feitas anteriormente de renovação ética - houve o desencanto e descrédito de parte da sociedade civil com os políticos progressistas e esquerdistas e, concomitantemente, a direita se alimentou desses escândalos para reascender politicamente (Trevisan, 2018).

Essa indignação por parte da classe média foi arduamente explorada, de modo que, das manifestações nas ruas, painéis e novas denúncias de corrupção, passou-se para o

processo de *impeachment*, muito conveniente para os conservadores, que provocaram a queda da presidenta. Esse contexto culminou na repaginagem da direita, perita em *fake news* e habituada com a pós-verdade. Em um processo de modernização, as táticas já utilizadas por evangélicos fundamentalistas de se apropriar de conceitos comuns nos discursos da esquerda e invertendo seus significados, foi absorvida pela direita. Assim, conceitos, como liberdade de expressão, por exemplo, foram utilizados como justificativas para práticas de homofobia, racismo e outros ataques de ódio (Trevisan, 2018).

Nessa explosão conservadora, novas matizes da direita se consolidaram em diversos setores sociais. Assim, ocorreram eclosões de surtos autoritários, visando a vigilância e censura, em defesa da moral e da integridade da família brasileira, e em combate à conhecida “ideologia de gênero”, que surgiu como uma das protagonistas nos discursos de grupos neoconservadores. Inconformados com a relativização dos papéis de gênero, esses movimentos partiam da ficção de que existiria uma conspiração ideológica em curso que destruiria as famílias e as infâncias (cis-heteronormativas) (Trevisan, 2018).

Em 2018, essa movimentação conservadora alcançou maior proporção, com a utilização de estratégias para união do combate à corrupção política e ao que denominaram corrupção moral, que foram associadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), impactando diretamente nas eleições presidenciais. Nesse sentido, uniram-se no país a bancada ruralista, a bancada religiosa e o núcleo militar-fascista, formando a santíssima trindade que a “nova” direita construiu no governo Bolsonaro (Biroli; Vaggione; Machado, 2020). Apelidados de bancada BBB (Bíblia, Boi, Bala), tornaram-se muito influentes e numerosos no Congresso brasileiro. Essa junção, apesar de não ser nova, pode ser caracterizada como inédita por ter nascido e se propagado dentro do processo democrático (Trevisan, 2019).

Em meio a essa ascensão, Jair Bolsonaro surge como figura emblemática, que se utilizou de pressupostos neoconservadores e fascistas para alcançar a presidência do país em 2019. Em seu projeto, defendia a ordem em termos moralizantes, com o intuito de preservar a supramacia masculina, o casamento monogâmico cis-heteronormativo – com a subordinação da mulher ao homem – e a autoridade policial. Nesse sentido, em suas falas, ele costumava referenciar um passado mítico, no qual a ditadura empresarial militar não existiu como a conhecemos, ou seja, como barbárie e horror, demonstrando o negacionismo por meio da refutação da realidade, transformando em verdades as *fake news*.

Além disso, em seu governo, houve a negação e invalidação de conhecimentos científicos - inclusive durante a pandemia de COVID-19 - e em nome da ordem, foram feitos ataques a movimentos de mulheres, negros, indígenas e população LGBTQ+. Assim, ele

aderiu a uma moral sexual homofóbica, machista e supremacista branca, instituindo uma divisão entre “nós” e “eles”. Para isso, ele incitava práticas de ódio, colocando-se contra o sistema - que seria o sistema democrático e a Constituição -, reproduzindo a crença de que a pátria seria salva a partir da eliminação dos inimigos internos (Barroco, 2022).

Num país onde o ódio seja o afeto predominante reinará quem o personificar, não tendo lugar para a diferença, para a tolerância, instaurando uma sociabilidade em que o outro será o inimigo e as instituições serão levadas a se militarizar (Barroco, 2022, p. 18).

2.3 Neoconservadorismo e o mito da liberdade estatal e individual

Em 1938, um ano antes da eclosão da Segunda Guerra, o termo “neoliberalismo” foi cunhado no Colóquio “Walter Lippmann”, prescrevendo um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, abrandam o Estado social, cerceam o trabalho, controlam o capital e, para agradar investidores estrangeiros, regulam os impostos e tarifas, reduzindo seus valores (Brown, 2019). Além disso, na reunião foi abordado o engano em acreditar que algumas características, como competitividade, empreendedorismo e livre- iniciativa, surgiriam de modo espontâneo nos/as sujeitos/as, a partir da limitação da intervenção do Estado (Safatle, 2021). Dessa forma, o neoliberalismo transforma o capitalismo, as sociedades e os processos de subjetivação, o que o torna um sistema normativo que generaliza a lógica do capital para o âmbito das relações sociais (Albino; Oliveira; Melo, 2021).

Antes, a liberdade liberal teria de ser produzida e defendida [...] E essa mudança [...] teria de ser feita através de doses maciças de intervenção e de reeducação. Isso até o momento em que os indivíduos começassem a ver a si mesmos como “empreendedores de si”, isso até o momento em que eles internalizassem a racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível (Safatle, 2021, p. 21).

Nesse sentido, o neoliberalismo é respaldado por teorias centradas no indivíduo, configurando a autonomia do/a sujeito/a, capaz de agir livremente de acordo com seus interesses. Pessoas são convertidas em capital e passam a se compreender como empresas que estão submetidas às dinâmicas do mercado e sua insegurança. Constrói-se uma sociedade competitiva, na qual as pessoas se comparam e hierarquizam tudo ao seu redor, estando eles/elas mesmos/as vulneráveis à (des)classificação. A lei de valorização do capital, ao ser internalizada, faz o indivíduo se autocobrar, exigindo de si o sucesso, otimização do tempo e

do seu potencial, na busca por torna-se bem-sucedido/a (Franco et al., 2021).

Ao explorar esse discurso da liberdade humana, ocorre em paralelo a construção de modos de controle sofisticados. A coerção é internalizada para que os/as sujeitos/as se automonitorem a partir da lógica da mercadoria (Franco et al., 2021). Assim, esse discurso da liberdade é utilizado pelo neoliberalismo para justificar as exclusões e violações, buscando resguardar a hegemonia branca, masculina e cristã, e não somente expandir o poder do capital. Esse processo configurou a esquerda como tirânica, ou até fascista, por sua preocupação com a justiça social (Brown, 2019).

Com isso, a ideia de que o neoliberalismo seria caracterizado pela defesa de uma sociedade com menor intervenção estatal, tão presente atualmente, é errônea. O neoliberalismo se efetua a partir da intervenção do Estado, e não pela sua redução ao mínimo (Safatle, 2021). É necessária a intervenção social profunda em âmbitos produtores de conflito para que a liberdade de empreender e a livre-iniciativa sejam possíveis. O Estado deve intermediar a despolitização da sociedade para, assim, impedir que a política intervenha na autonomia econômica. O fortalecimento estatal, capaz de silenciar a sociedade de maneira violenta, é o que permite que a liberdade de mercado seja implementada, oprimindo, violentando e matando aqueles/as que não acreditam nela, que criticam seus resultados (Safatle, 2021).

Mas as agendas políticas liberais provocaram o crescente sentimento de abandono, traição e raiva pelos que se sentiam despossuídos, principalmente a classe trabalhadora e a classe média branca. Nesse sentido, o suposto sucesso desse sistema durou até 2008, quando essa mistura de militarismo, cristandade, família, racismo e capitalismo desenfreado provocou uma crise financeira⁷, afetando a renda, aposentadoria e a obtenção da casa própria (Brown, 2019). Mas os danos provocados pelas políticas econômicas neoliberais foram manipulados para que fossem vistos como suas perdas (Albino; Oliveira; Melo, 2021).

Outro artifício utilizado para manejar essa insatisfação foi sobrepor o corpo social à estrutura familiar, perpetuando a docilidade e obediência na relação com a autoridade, sendo necessário, para isso, estabelecer o modelo harmonioso de família ideal. A partir dela, seria possível transpor os conflitos sociais, construindo a fantasia de que a família seria um núcleo

⁷ A crise financeira internacional, originada em meados de 2007, no mercado norte-americano de hipotecas de alto risco (subprime), adquiriu proporções tais que acabou por se transformar, após a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, em uma crise sistêmica. O desenrolar da crise colocou em xeque a arquitetura financeira internacional, na medida em que explicitou as limitações dos princípios básicos do sistema de regulação e supervisão bancária e financeira atualmente em vigor, bem como pôs em questão a sobrevivência de um perfil específico de instituições financeiras (Farhi *et al.* 2009).

no qual seria possível a naturalização da hierarquia e desigualdade, com a autoridade se justificando pela presença do amor incondicional, naturalizando os lugares sociais de soberania e submissão (Safatle, 2021). Passou-se a ser difundida a idealização de um passado místico, no qual as famílias eram felizes, íntegras e heterossexuais; mulheres e outras minorias sociais sabiam seus papéis e limites; a vizinhança era hospitaleira, segura e homogênea; e as identidades do Ocidente eram caracterizadas pela cristandade e branquitude, consolidando o neoconservadorismo (Brown, 2019).

Além disso, a centralidade da família nesses discursos neoliberais e conservadores é consequência da defesa da privatização que, ao restringir o papel do Estado, exige a ampliação do papel da instituição familiar. Portanto, os neoconservadores promovem os valores familiares por razões morais, enquanto os neoliberais, por motivações econômicas, mas ambos propõem políticas que configuram a naturalização das obrigações familiares, para que a instituição familiar ocupe o lugar do Estado na promoção de cuidado e respaldo, contrabalanceando a liberdade que o mercado deve ter (Brown, 2019; Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

2.4 Neoconservadorismo e a desdemocratização

É importante considerarmos que o neoconservadorismo não está relacionado apenas aos debates sobre moral sexual e à religião no campo político, mas também está interconectado com a arena econômica, sendo um projeto político atual que pertence a processos de fortalecimento da direita e, com isso, com a desdemocratização. Assim, o neoconservadorismo, ao conseguir provar que a democracia beneficia o livre mercado, transforma a própria democracia em mercado (Preciado, 2020). Pensando nestes termos, tornam-se mais evidente os sentidos dos ataques às conquistas e reivindicações dos movimentos LGBTQI e feministas por movimentos relacionados a esse regime, visto que, nas democracias - das mais antigas às mais recentes, das mais sólidas às mais frágeis -, a agenda de gênero permite transformações de leis e elaboração de políticas públicas (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Tendo isso em vista, essas reações contra o gênero configuram-se como um elemento comum no processo de erosão das democracias. Isso ocorre na medida em que campanhas antigênero comprometem valores imprescindíveis, como pluralidade, laicidade, proteção a minorias, liberdade de expressão e a possibilidade de oposição. Além disso, elas também têm auxiliado na legitimação de lideranças autoritárias em um contexto de antipolítica, no

qual o discurso de defesa da família tem sido utilizado como justificativa para restrições a direitos humanos, naturalização de desigualdades e descredibilização, bem como desmonte de legislações e políticas que buscam garantir a segurança e integridade de minorias, como mulheres e pessoas LGBTQI. Nesse processo, os atores conservadores categorizam como ideológicas essas políticas e práticas que visam defender o pluralismo ético e a garantia de direitos (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Dessa forma, as democracias encontram-se ameaçadas quando atores políticos apresentam pouco compromisso com as regras democráticas, não aceitam a legitimidade dos oponentes políticos, incentivam ou não interferem em práticas violentas e ações que restringem liberdades civis (Biroli; Vaggione; Machado, 2020). Dito isto, notamos que essas três características podem ser observadas nas posturas de figuras emblemáticas, de extrema direita, algumas já citadas anteriormente, como por exemplo: Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil; Vjtor Orbán, primeiro ministro da Hungria; e Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, com agendas antigênero que são postas em prática na tentativa de erosão da democracia de seus países (Levistky; Ziblat, 2018).

Dessa maneira, o desmonte de valores e instituições democráticas pode se desenvolver sem que haja golpes de Estado para a instauração de regimes ditatoriais, como os que acometeram os países da América do Sul entre as décadas de 1960 e 1970, que instauraram o abrupto abandono a esses valores democráticos. A instauração do autoritarismo moderno não se desenvolve apenas com a ausência de processos eleitorais, tomando corpo também por meio de ações que podem ser de prejuízo à oposição, sem seu total aniquilamento, para, com isso, obter a aprovação popular (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Nesse sentido, a direita passa a atacar tudo que é nomeado como princípio da esquerda, como seu ideal de sociedade e igualdade. Essa atuação, movida por uma filosofia baseada na vingança, não respeita a oposição e, por isso, é caracterizada como antidemocrática (Menezes, 2021). Porém, ela é cautelosa, de modo que, para atingir o poder das instituições sem ser caracterizada como possível tentativa de golpe de Estado, passa a ter como objetivo ser absorvida pelos sujeitos que a internalizam subjetivamente e reproduzem discursos inconsequentes, vulgares, discriminatórios, racistas e misóginos, sem a preocupação com as consequências dessas atitudes, em um processo em que “desaparece o que é abertamente antidemocrático. Pelo contrário: evocam sempre a verdadeira democracia e acusam os outros de antidemocráticos” (Adorno, 2020, p. 64).

Isso acontece para que, quando houver candidatos que atendam a essas necessidades

antidemocráticas, reproduzam e reiterem esses discursos, a oposição perca sua força política, e todo discurso de ódio dessas figuras conservadoras tenha seu sentido modificado e amenizado por essa população que já põe em circulação essa mesma retórica (Menezes, 2021).

2.5 A defesa da família tradicional e a proteção contra suas “ameaças”

Um dos elementos primordiais da aliança entre neoliberais e conservadores é a convergência em uma narrativa de crise localizada no *locus* “família”. Essa aliança expressa-se por uma racionalidade política de regulação da moralidade sexual, promovendo e priorizando mobilizações de defesa da moral pautada na proteção da família cis-heteronormativa, legitimada por sua capacidade reprodutiva. Essa “família” é o espelho da tradição cristã, formada por uma suposta complementaridade de papéis, na qual o homem proveria financeiramente para essa instituição e a mulher seria a agente responsável pela prosperidade e cuidado dos membros da família (Biroli; Vaggione; Machado, 2020). Esse raciocínio de que a estrutura familiar se configura a partir da presença de um pai e de uma mãe, com papéis bem definidos, que teriam a reprodução como finalidade imprescindível, é uma configuração que deslegitima outros núcleos familiares que se afastam desse modelo. Ao mesmo tempo, mudanças nessa estrutura são temidas por colocarem em risco leis instituídas como naturais que amparam a inteligibilidade humana (Butler, 2003).

Mesmo com todos esses indícios, evidenciando a falência desse modelo rígido familiar em uma tentativa de manter a todo custo essa estrutura, têm sido adotadas políticas “pró- casamento” e “pró-família”. Isso porque essa família, definida por seu objetivo de reprodução e restrita ao arranjo heterossexual, é vista como funcional. Essa funcionalidade é importante, tendo em vista a desregulamentação e a privatização que compõem o neoconservadorismo, na qual a máxima “cada um cuida de si” se amplia para o núcleo familiar, configurando-se como uma unidade privada. A ilusão conservadora de que a sociedade é composta por indivíduos independentes e livres vai em contraposição à inevitabilidade da co-dependência humana (Biroli; Vaggione; Machado, 2020). Portanto, à medida que a política neoconservadorismo restringe o suporte do Estado, a família é considerada como o único laço social duradouro e que seria o responsável por suprir a desassistência do poder público (Cooper, 2017).

[...] era moral a defesa de que os indivíduos deveriam parar de procurar “proteção” nos

braços paternos do Estado-providência a fim de assumir a “responsabilidade” por suas próprias vidas, aprendendo assim a lidar com o mundo adulto de uma “sociedade de risco” (embora nunca tenha realmente ficado claro se os riscos afinal eram para todos) (Safatle, 2021, p. 15).

2.5.1 Feminismo: perversão e subversão⁸

Esse movimento de defesa dessa estrutura normativa de família tem ocorrido, não apenas como resposta à legitimidade legal que o Estado tem atribuído às famílias não heterossexuais, sendo, também, uma reação a mudanças na estrutura dessa própria família heterossexual, que tem se desestabilizado pela presença crescente de mulheres no mercado de trabalho, comprometendo a estabilidade do casamento e desestabilizando a posição da mulher como unicamente reponsável pela educação dos/as filhos/as e pelos serviços domésticos. Assim, para os conservadores, o aumento dos divórcios e a crescente autonomia sexual seriam elementos ameaçadores para a manutenção da família.

Isso ocorre porque no decorrer da história, as obrigações maternas das mulheres foram naturalizadas, e seu esforço constante como donas de casa foi raramente reconhecido pela economia, sendo essa desigualdade sexual pautada na soberania da propriedade privada. O trabalho doméstico baseia-se no ideal de servir, e a não produção de algo tangível diminui o prestígio do trabalho dessas mulheres, que, na lógica burguesa e neoconservadora, classifica a dona de casa como serva de seu marido. Porém, ressalto que esse é um modelo de família patriarcal, branca e de classe média, pois a sua imposição e exaltação desconsidera o fato de que, para muitas mulheres, principalmente mulheres negras, nunca houve a possibilidade de não realização do trabalho remunerado, e a exaltação desse modelo projeta nessas mulheres um ideal inalcançável, que só pode existir com a garantia de uma segurança financeira (Davis, 2016).

Porém, mesmo que as mulheres continuem sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, elas têm tido cada vez mais presença no mercado de trabalho e têm acessado, com mais facilidade, a educação formal. Dessa forma, o tempo destinado ao trabalho gratuito historicamente desempenhado por elas entra em conflito com o tempo destinado às suas funções profissionais. Nesse sentido, as atuais contradições do capitalismo tensionam ainda mais as fronteiras entre produção e reprodução e a crescente

⁸ Este subtítulo referencia a obra de Ana Caroline Campagnolo (2019), deputada estadual de Santa Catarina e figura importante na propagação de ideias antifeministas.

participação das mulheres no mercado de trabalho, havendo poucas alternativas públicas e coletivas para prover o cuidado das crianças, idosos e mais vulneráveis, produzindo uma crise do cuidado. Mesmo que essa crise seja vivenciada nas relações interpessoais, relaciona-se diretamente com o papel do Estado e com a parcela de responsabilidade partilhada entre Estado, mercado e família (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Além disso, a maternidade tem sido um dos temas localizados no centro desses conflitos, com discussões sobre aborto, utilizando-se de estratégias discursivas como a “cultura da morte” para impedir que essas mudanças continuem ocorrendo, visto que a divisão sexual de trabalho, com suas delimitações fixas, é uma base importante para as relações de gênero - que atribui às mulheres as funções às quais os homens são liberados. Apesar disso, curiosamente, temos visto muitas mulheres que enfrentam essa precariedade e insegurança defendendo a perspectiva moral de proteção da infância e da família. Notamos isso quando pensamos na expressiva presença de mulheres católicas e evangélicas em campanhas antigênero, inclusive liderando esses movimentos, ressaltando a importância desse grupo na promoção e reiteração dos discursos neoconservadores (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Atualmente, há muitas mulheres que influenciam diretamente a opinião pública, como cantoras gospel, empresárias e políticas, que desenvolvem uma função importante de ligação entre evangélicos e outros grupos religiosos neoconservadores. Ademais, temos notado sua expressiva presença em cargos públicos no Congresso Nacional, de modo que a política de cotas foi usufruída pelos grupos pentecostais que colocaram lideranças femininas para a disputa eleitoral pelo poder legislativo, mesmo que a maior parte dos candidatos evangélicos continue sendo composta por homens. Filhas e esposas de pastores são estimuladas a participar de disputas eleitorais para expandir o capital político das famílias que comandam as igrejas (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Um desses exemplos emblemáticos no Brasil, sendo a liderança de maior destaque entre os legisladores evangélicos e católicos no Congresso Nacional, é Damares Alves, que, desde o princípio, ajudou a promover o governo Bolsonaro. Ela desenvolve um papel primordial na elaboração e difusão entre os evangélicos brasileiros da lógica normativa que se baseia na família, educação religiosa na infância e combate à ideologia de gênero e à diversidade sexual. Outro indício do avanço neoconservadorismo no país, no governo Bolsonaro, foi a inclusão do termo “família” no nome da pasta que desenvolvia políticas públicas direcionadas às mulheres e à nomeação de Damares para liderar o “Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos” (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

A respeito disso, podemos pensar que a atuação dessas mulheres conservadoras se configura enquanto um desafio para o feminismo. Esse grupo de mulheres, que exalta o seu papel na transmissão de crenças religiosas para os membros da família, desempenham um função simbólica ao confrontarem os feminismos. Ao dizerem que não se veem representadas pelas pautas feministas, defendem a manutenção da hierarquia e desigualdade de gênero, preservando sua posição de submissão, e tais discursos configuram-se como obstáculos aos feminismos, por serem críticas feitas por mulheres a movimentos que buscam sua liberdade e conquista de direitos. Geralmente, suas reivindicações buscam se contrapor a “ideologia de gênero”, reafirmando que existem mulheres que valorizam a religião e não desejam renunciar aos valores cristãos, criando uma imaginária ameaça do feminismo a essa performance de gênero, e concomitantemente, oprimem e repudiando a multiplicidade de mulheridades possíveis, em defesa de uma única: a mulher cristã, conservadora, naturalmente responsável pela reprodução e pelos serviços domésticos (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

2.5.2 O imbrochável⁹: a construção do cidadão não democrático

Com a erosão do público e a expansão dos processos de privatização, há também a presença desses princípios em nível micro, afetando o âmbito mais individual. Isso dá-se por meio de um processo de neoliberalização da vida cotidiana, que formula um sujeito que foi destruído e reconstruído pela raiva e rancor pelo Estado e pelas políticas públicas. Tal processo, diante do desamparo do Estado, pede o seu fim e exalta as liberdades individuais em detrimento da proteção dos mais vulneráveis, reproduzindo políticas antidemocráticas (Bellomi Menezes, 2021; Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

[...] é um dos fatos contemporâneos mais relevantes a redescritção completa da lógica motivacional da ação política em uma gramática das emoções. É cada vez mais evidente como lutas políticas tendem a não ser mais descritas a partir de termos eminentemente políticos, como justiça, equidade, exploração, espoliação, mas através de termos emocionais, como ódio, frustração, medo, ressentimento, raiva, inveja, esperança (Safatle, 2021, p. 19).

Constitui-se, assim, o cidadão não democrático, que, ao privatizar as soluções dos problemas e desafios do cotidiano, repele a pluralidade, além de não se afligir com concentrações de poder político e econômico, assim como a revogação do Estado de

⁹ Referência ao pronunciamento de Jair Bolsonaro, no dia 07 de setembro de 2022, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, quando puxou um coro com a palavra “imbrochável”.

direitos. Esses processos manifestam-se mais explicitamente no grupo social hegemônico, composto por homens cisgêneros, brancos, cristãos e heterossexuais que exercem práticas antidemocráticas disfarçadas de liberdade individual (Brown, 2019). Esses sujeitos reagem violentamente e sentem prazer com isso, mediante as catástrofes existenciais, exigindo a liberdade para destruir. Falamos, então, de princípios de culto às armas, despreocupação com o bem-estar do outro e com a preservação ambiental, construído por um amor que é perpetuado muito mais pelo que se parece com seu *eu*, repelindo o que é classificado como o outro (Menezes, 2021).

Duas facetas importantes desses sujeitos. Em primeiro lugar, tem-se a modificação de sua conduta moral, unindo suas ideias a de outros indivíduos, sem necessariamente levar em conta códigos de conduta tradicionais relacionados a essas pressuposições. Assim, embasam suas ações evocando o cristianismo, sem necessariamente seguir propostas cristãs, para justificar ações de violência e opressão exercidas por eles. A segunda diz respeito ao ressentimento de ter sido desamparado pelo neoliberalismo, introjetando um rancor que é expresso como violência em direção às minorias - que desnaturalizam a sua branquitude e sua heterossexualidade - e, para se reaver com esses sentimentos, negam seu lugar de poder, colocando-se como minoria política (Menezes, 2021).

2.5.3 A nação como extensão da família: a extrapolação dos muros da propriedade privada

Dessa forma, a manutenção dessa estrutura normativa de família decorre da ampliação da lógica de privatização, que não se restringe apenas à economia, afetando também a instituição familiar e consolidando esse processo a partir de valores antidemocráticos. Assim, artifícios, como o patriarcado, tradição, nepotismo e crmandade, são utilizados para combater a inclusão, autonomia e igualdade de direitos. Seguindo esse raciocínio, esses princípios da religião e da família - que valorizam a hierarquia, homogeneidade, fé e autoridade - vão ganhando legitimidade na esfera pública, moldando a cultura, ao passo que se unem ao mercado para desmontar a democracia (Brown, 2019).

Assim, esse modelo de privatização expande-se para a própria nação, que é interpretada como um negócio e também uma casa, que deve consolidar os melhores acordos e precisa ser protegida de estrangeiros, que não são bem vindos. Dessa forma, a nação passa a se distanciar do público e democrático e é concebida como uma propriedade privada e familiar, na qual o presidente desempenharia o papel de *pater famílias*, assim como sintetiza Thatcher: “[...] o que é a sociedade? Não existe essa coisa. O que existe são homens e mulheres, indivíduos, e

famílias (...)”¹⁰ (Brown, 2019).

Portanto, multiplicam-se o policiamento e autoritarismo, de modo que, simbolicamente, os muros e proteções de todos os tipos são vistos como imprescindíveis, por serem os símbolos visuais mais emblemáticos que delimitam o público e o privado, o protegido do aberto, o familiar do estranho, justificando falas como a de Donald Trump em relação ao muro construído na fronteira do país que, segundo ele, não foi construído porque eles “odeiam as pessoas do lado de fora, mas porque eles amam as do lado de dentro”¹¹. Essa expansão da esfera pessoal, não apenas assegura a desigualdade de classe, gênero, sexualidade e raça, como também rejeita a ordem pública, plural e democrática, que seria substituída pelos princípios da ordem privada, homogênea e familiar. Por fim, a família tradicional, então, assegura a supremacia branca e heteronormativa (Brown, 2019).

¹⁰ Fala proferida por Margaret Thatcher em entrevista à revista “*Woman’s Own*”. Para mais informações, acesse: <https://oglobo.globo.com/opiniao/essa-coisa-de-sociedade-nao-existe-8080595>. Acesso em 26/06/2023.

¹¹ Tradução de um trecho do discurso de Donald Trump, disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/01/08/us/politics/trump-speech-transcript.html>. Acesso em 26/06/2023.

3 A INVENÇÃO DA CISGENERIDADE: NORMATIVAS E TRANSGRESSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

3.1 O conceito de sexo/gênero no processo de pluralização das sujeitas do feminismo

A concepção atual de separação entre dois sexos, feminino e masculino, apesar de parecer ter sempre existido, emergiu no século XVIII. Antes desse período, prevalecia o monismo sexual, que é a existência de apenas um sexo, com registros históricos sobre esse sistema datado do século II, nos tratados de Galeno, o qual definia que o sexo feminino era o subdesenvolvimento do sexo masculino, sendo todos os órgãos do corpo feminino menos perfeitos e incompletos em relação ao corpo masculino, ou seja, acreditava-se que as mulheres eram homens em estado imperfeito (De Jesus, 2010). Acrescido a isso, também é identificado em manuais médicos medievais essa mesma perspectiva de ser humano enquanto pertencente a um único sexo, que variava no grau de perfeição em uma escala que considerava corpos masculinos mais quentes e desenvolvidos e os femininos mais frios e subdesenvolvidos (Bonassi, 2017).

Esse modelo, no qual homens e mulheres eram definidos de acordo com seu grau de perfeição metafísica e seu calor vital, foi substituído no século XVIII, por um novo modelo que se pautava no dimorfismo sexual, com bases biológicas. Nesse período, produz-se uma vontade de saber sobre o sexo, com sua contabilização, análise, classificação e separação, exercidas por tecnologias disciplinares médicas, que possuem como função normalizar os sexos, produzindo um saber que divide corpos normais e anormais (Foucault, 1999). Assim, o monismo sexual metafísico é dicotomizado e se produz o modelo de dois sexos, que separa machos e fêmeas a partir de pressupostos supostamente orgânicos e naturais. Nesse sentido, foi a partir da criação dessa separação anatômica entre corpo feminino (vagina) e masculino (pênis) que a sociedade contemporânea passou a generalizar as concepções de mundo pautadas na crença de que o sexo é algo universal, binário e determina as identidades e os papéis sociais (Bonassi, 2017; de Jesus, 2010).

Dessa forma, impõe-se como norma um modelo dicotômico construído culturalmente, e o mundo é percebido pela perspectiva binária que não tolera indefinições e ambiguidades. O “sexo” é, portanto, um constructo que, ao longo do tempo, foi materializado enquanto imutável e natural através da reiteração forçada de normas regulatórias (Butler, 2022). Portanto, não apenas o gênero, mas também o sexo é discursivo e histórico, de modo que o gênero é o próprio dispositivo que produz o sexo. Assim, o sexo não é anatômico, hormonal,

cromossômico, mas sua suposta natureza é produzida discursivamente pela ciência (Nascimento, 2020).

Porém, o conceito de “gênero” só foi considerado enquanto cultural para servir a interesses específicos de grupos hegemônicos, visando a categorização dos corpos desviantes. Assim, gênero existe no meio científico desde o século XX, consolidando-se a partir das proposições de John Money, que apresenta os papéis socialmente construídos, apontando a categoria em relação a conjuntos de características que diferenciam culturalmente homens e mulheres, distinguindo gênero e sexo, de modo a evidenciar que as expectativas sociais relacionadas a elementos biológicos dos corpos não definem obrigatoriamente a identificação com determinado gênero ao desvincular os papéis sociais de homens e mulheres com seus sexos biológicos (De Jesus, 2010; Nascimento, 2020). Mas essas novas concepções tinham como finalidade possibilitar intervenções médicas em crianças intersexuais, operadas ao nascer ou na puberdade, servindo, então, à regulação normativa dos corpos tidos como “anormais”, de modo que a performance do gênero estivesse de acordo com o seu sexo (Preciado, 2011). Nesse sentido, mesmo com a criação do gênero, designando-o como uma estrutura à parte do sexo, o discurso normativo cis-heterocentrado continuou presente, marginalizando sujeitos que não se apresentassem como cisgêneros e heterossexuais.

Entretanto, gênero é considerado como um conceito mais útil do que o sexo para a compreensão de identidades e papéis sociais na vida cotidiana, e por conta disso, foi adotado pelos movimentos feministas a partir da década de 1970, com o intuito de demarcar as distinções sociais entre homens e mulheres, pontuando a subalternidade da figura feminina (de Jesus, 2010). A partir disso, muitas feministas deixam de operar com a ideia universal de mulher no singular, visto que a superficialidade dessa percepção contribui para a invisibilização de algumas sujeitas, desfavorecendo a possibilidade de análise crítica sobre as diversas realidades vivenciadas pelas mulheres, além dessa mudança permitir a desestruturação da ideia de que todas as mulheres são igualmente oprimidas de maneira homogênea, e compreendendo como os marcadores sociais perpassam os processos de opressões (Nascimento, 2021).

Esses questionamentos a respeito da categoria “mulher”, como universal, essencialista e estática, ocorrem em grande medida pelo feminismo negro, lésbico e o transfeminismo (Nascimento, 2020). Dessa forma, a partir de novas ideias, ampliou-se a percepção a respeito das mulheres, deixando de relacionar-se apenas às mulheres brancas, de classe média, casadas e com filhos(as), passando a englobar humanidades e feminilidades

que até então eram invisíveis. No que concerne às mulheres transexuais e travestis, é evidente que elas sofrem violências e silenciamentos dentro de vários movimentos feministas, tendo sua feminilidade e pautas deslegitimadas, sendo negado a elas o status de “mulheridade” (de Jesus, 2014). Sobre isso, a autora e intelectual Leticia Nascimento (2020) apresenta a seguinte reflexão:

Somos completas *outsiders* no CISTema sexo-gênero-desejo, desafiando não apenas os limites de uma inteligibilidade de gênero, mas também os do próprio reconhecimento enquanto seres humanos. É a partir do nosso lugar como *outsiders* que conseguimos perceber o quanto o determinismo entre o sexo e gênero é falho [...] (Nascimento, 2020, p. 5)

3.2 O transfeminismo: seus princípios, contribuições e tensionamentos aos feminismos

Neste trabalho, irei me ater mais detalhadamente ao movimento transfeminista, tendo em vista que foi a partir dele que se iniciaram as discussões sobre a importância de dar nome e refletir sobre uma categoria que se faz invisível a partir da patologização do outro: a cisgeneridade. Nesse sentido, o transfeminismo configura-se como uma corrente teórica e política que surge no âmbito do fortalecimento do movimento transgênero, a partir da progressiva conscientização a respeito das políticas da população trans e o reconhecimento de sua história de resistência, provocando aproximações teórica e prática desse movimento com o feminismo (de Jesus, 2010).

A sua linha de pensamento e de práticas, que está em constante construção, estabelecem-se pelas críticas à subordinação morfológica do gênero ao sexo, tendo em vista que essa diferenciação é pano de fundo para opressão de pessoas com corpos que não se encontram em conformidade com essas normas binárias homem/pênis e mulher/vagina. Além disso, o movimento contrapõe-se ao cissexismo, sendo uma resposta às falhas do feminismo de base essencialista, geralmente biológica, que se pauta nesta distinção entre gênero e sexo, e com isso, reforçando os estereótipos sobre esses corpos desviantes. Portanto, o transfeminismo reconhece as intersecções entre as diversas identidades dos/as sujeitos/as, assim como as peculiaridades das opressões que incidem sobre os corpos que não se enquadram nas ideias racistas e sexistas da sociedade, considerando, respeitando e empoderando a multiplicidade de corpos e suas expressões de gênero e sexual (de Jesus, 2010).

O campo principal para esses debates transfeministas é a internet, tendo em vista que

as discussões ocorrem não só em espaços virtuais utilizados e criados por pessoas trans - como exemplo temos a comunidade brasileira no Facebook e o blog, ambos denominados como transfeminismo – mas também esses debates intensos sobre feminismo e transgeneridade ocorrem também em blogs que alcançam um público mais abrangente, como *Blogueiras Feministas* e *Blogueiras Negras* (de Jesus, 2014). O texto intitulado “Ensaio de Construção do Pensamento Transfeminista”, de autoria da Aline de Freitas, que foi publicado em 2005, é um dos precursores do movimento tranfeminista no nosso país, no qual ela apresenta as seguintes reflexões:

Nosso papel histórico deve ser construído por nós mesmxs. O transfeminismo é a exigência ao direito universal pela auto-determinação, pela auto-definição, pela auto- identidade, pela livre orientação sexual e pela livre expressão de gênero. Não precisamos de autorizações ou concessões para sermos mulheres ou homens. Não precisamos de aprovações em assembleias para sermos feministas. O transfeminismo é a auto-expressão de homens e mulheres trans e cissexuais. O transfeminismo é a auto-expressão das pessoas andrógenas em seu legítimo direito de não serem nem homens nem mulheres. Propõe o fim da mutilação genital das pessoas intersexuais e luta pela autonomia corporal de todos os seres humanos. O transfeminismo é para todxs que acreditam e lutam por uma sociedade onde caibam todos os gêneros e todos os sexos (p. 1).

Portanto, o movimento transfeminista se organiza a partir de quatro princípios: o desmantelamento e redefinição da associação entre gênero e biologia; a notoriedade do caráter interacional das opressões; o reconhecimento das lutas das travestis e mulheres transexuais, e experiências de outras pessoas trans; a possibilidade de qualquer pessoa contribuir com o movimento, sendo elas transgêneras ou não (de Jesus, 2010).

O primeiro princípio pode ser considerado como a maior contribuição ao feminismo, sendo que, a partir dessa problematização da subordinação do gênero ao sexo, formula-se o conceito de cisgeneridade. O segundo exemplifica as influências do movimento negro na sua consolidação, compreendendo as correlações estruturais das opressões. O terceiro, atrelado mais diretamente ao transativismo, visa reconhecer as disputas, violências e conquistas de pessoas trans e travestis, que marcaram a história brasileira, mas que tem suas memórias apagadas e suas vozes esquecidas. Por fim, o quarto princípio, que orienta o ativismo político no transfeminismo, demonstra que o movimento é aberto a qualquer pessoa que não se sinta pertencente ao modelo cis-heteronormativo vigente, buscando uma práxis revolucionária contra o CISTema colonial de gênero. Portanto, o transfeminismo apresenta-se como possibilidade de repensar relações de sexo-gênero-desejo de maneira plural, na tentativa de superar universalidades e essencialismos que limitam as diversas performances de gênero (Nascimento, 2020).

3.3 A artificialidade da cisgeneridade e sua produção enquanto norma

Como já mencionado, falar sobre a cisgeneridade é importante dentro do transfeminismo, tendo em vista que, a urgência em nomear corpos cisgêneros constitui-se como uma alternativa para despatologização de corpos trans, na busca por desestruturar definições que recorram a suposta matriz linear de sexo, gênero, sexualidade e desejo (Nascimento, 2020). Olhares intangíveis e etéreos observam e exercem políticas de verdades, patologizando, exotificando e desumanizando corpos trans por meio da ciência médica¹². Implícitas nessa relação encontram-se as relações de poder, as quais a alguns é cedida a possibilidade de ver sem ser visto e representar sem ser representado, em um jogo perverso de autorização de falas no qual pessoas trans são entendidas como: “campo” e objetos, poucas vezes vistas como pares e, raramente, como pesquisadoras (Cavalcanti; Sander 2019).

Nesse sentido, a utilização pela primeira vez do termo cis ocorreu em 1994, pela professora de biologia Dana Leland Defosse, em um fórum da Universidade de Minnesota, que o cunhou a partir da percepção da necessidade de um conceito para se opor ao prefixo trans. Já em 1995, o holandês e homem trans Carl Winard Marien Bujis, utilizou o termo cisgênero para compartilhamento de experiências e opressões vivenciadas por pessoas trans durante um fórum em Amsterdã (Bonassi, 2017). Mas, a palavra cisgênero já era difundida pelo ciberativismo em 1990, principalmente por pessoas trans e não binárias (Bonassi, 2017).

Assim, cisgênero refere-se a quem não transiciona entre os gêneros, identificando-se com aquele que foi designado ao nascer. É mais sobre dizer que nasceu e foi classificado com o gênero e se identifica com ele, do que dizer que “nasceu assim” e continuou menino/menina para o resto da vida (Favero, 2019; Cavalcanti; Sander, 2019). Nessa conjuntura, estes significantes permitem o reconhecimento do Outro como tão legítimo quanto a norma, que ao ser nomeada, suprime a lacuna que era preenchida com a naturalização. A insistência em se designar enquanto pessoa biológica ou natural, para se definir enquanto não-trans, torna-se uma identificação delirante que remete o Outro ao local de abjeção (Bonassi, 2017).

Desse modo, o uso do termo cisgeneridade e cisgênero, possibilita a realização de um

¹² Na Classificação Internacional de Doenças (CID), em sua décima primeira versão, mesmo com a retirada do termo “transtorno de identidade de gênero”, em seu lugar foi incluído “incongruência de gênero”. Nessa mesma direção, no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), na sua quinta versão, apesar da alteração do termo “transtorno de identidade de gênero”, foi incluída a classificação “disforia de gênero” (Favero, 2019).

paralelo crítico com as transgeneridades, exemplificando que, apesar de todos os gênero passarem pelo processo de materialização, por meio de práticas discursivas sobre o sexo, os corpos cis são colocados na posição de condição natural, gozando do privilégio de terem seu sexo/gênero categorizados enquanto reais, na medida em que as transgeneridades são classificadas enquanto produções falsas e artificiais desses corpos verdadeiros legítimos (Bonassi, 2017). Portanto, a nomeação da cisgeneridade expõe a fabricação de gênero também desse grupo hegemônico, e escancara seu lugar enquanto norma, ou seja, “o conceito de cisgeneridade convida as pessoas cis a se colocarem diante de um espelho para que mirem a si mesmas e percebam que seus gêneros são tão artificiais e produzidos como os das pessoas trans” (Nascimento, 2020, p. 97).

Nessa discussão, importante mencionar sobre os efeitos da hegemonia dessas categorias, que é o cissexismo, palavra que vem ganhando notoriedade na literatura acadêmica e na militância transfeminista, que diz respeito a desconsideração política da existência de pessoas trans na sociedade a partir da negação de seus direitos, impossibilitando sua existência civil- social por meio do não reconhecimento do status jurídicos de seus documentos sociais, ou burocratizando esses processos, ou ainda, legitimando sua existência apenas por meio de laudos médicos e procedimento cirúrgicos. Além disso, podemos destacar práticas cotidianas e estruturais, como a proibição de acesso a banheiros públicos. Portanto, refere-se a um conjunto de violências que acometem a população trans, lhes cerceando o acesso a direitos básicos que são reconhecidos por lei (Bonassi, 2017). No nível institucional, o cissexismo provoca prejuízos na autoexpressão de gêneros, subordinando, por meio de mecanismo legais e culturais, as pessoas cisgêneras e transgêneras ao gênero que lhes foi atribuído ao nascer, com inviabilização e estigmatização de práticas sociais de pessoas trans, mas incidindo também sobre pessoas cis (De Jesus, 2012).

Assim, a partir dessas construções corporais e identitárias naturalizadas e idealizadas, e desses processos de invisibilizações e deslegitimação de corpos trans, constrói-se uma normatividade de gênero, que é a cisnormatividade ou normatividade cisgênera. Utilizada desde 1990 por militantes trans e não binárias na internet, foi a partir de 2011 que publicações acadêmicas passaram a adotá-la para descrever a normalidade compulsória, regulada por instituições médicas, jurídicas e religiosas, que reiteram a compreensão da existência de um sexo legítimo e verdadeiro. Nesse sentido, o sexo será obrigatoriamente binário, designado ao nascer por meio das características anatômicas, e permanecerá imutável ao longo da vida, colocando pessoas trans e não binárias à margem e classificando-as como ilegítimas e anormais (Bonassi, 2017). Nesse sentido, a cisnorma estabelece a performance identitária

correta, moral, saudável e normal, que serão assumidas pelo imaginário social como ideal regulatório (Bonassi, 2017). Além disso, ela exerce, por meio de dispositivos de poder interseccionalmente localizados, efeitos colonizadores nos corpos, vivências e identidades que não estão em conformidade com esses preceitos normativos (Simakawa, 2015). Nesse sentido, pressupõe-se que há um gênero eufórico e congruente, no qual, a partir deles, são construídas as categorias binárias “homem” e “mulher”, e, se não for suficiente, acrescentam-se os termos biológicos, genéticos, de verdade - em que o que foge disso é o disfórico e incongruente (Favero, 2019).

Assim, a importância desses conceitos não se restringe apenas ao campo gramatical, identificando uma identidade de gênero e seus desdobramentos. A cisgeneridade, por exemplo, é também uma categoria analítica que pode ser utilizada para questionamentos de privilégios, permitindo a organização de lutas políticas. Porém, para isso, é importante que a cisgeneridade seja compreendida sob a perspectiva da interseccionalidade, na qual as opressões se cruzam e se entrelaçam, considerando o conjunto de atravessamentos que compõem as identidades e a estruturação das desigualdades (Crenshaw, 2002). Como pontua Sofia Favero (2019).

Não existe patologia. Não existe transexual verdadeiro. Não é necessário um diagnóstico. Entretanto, os esforços pela pluralização da(s) identidade(s) trans precisam vir acompanhadas de um similar reconhecimento da amplitude da cisgeneridade: existem várias formas de ser cis (p. 180).

Espera-se que, a partir desse entendimento, pessoas cis sintam-se autorizadas a utilizarem o conceito sob outras perspectivas, não apenas por uma perspectiva cristã confessional, buscando unicamente confessar e se desculpar por seus privilégios, mas sim, por um desejo de construir novas realidades e possibilidades existenciais. Isso porque a ideia de reconhecimento de privilégios é engessada, não indicando que, necessariamente, haverá uma tomada de ação, podendo ser até o oposto disso, a estagnação, visto que reconhecer não significa fazer algo a respeito (Favero, 2019). Portanto, não se trata vagamente de falar sobre quem se é, confessar suas identidades normativas, mas também refletir sobre os impactos disso no processo de subjetivação e operar sobre isso. “Reconhecer privilégios parece ser encantador porque aparentemente não se precisa fazer nada sobre eles” (Favero, 2019, p. 182). É visando esse processo de reflexão sobre os impactos da não nomeação da cisgeneridade que realizo este trabalho, refletindo sobre os seus reflexos na educação familiar de pessoas cisgêneras, e a implicação, ou não, de pessoas cis na construção de um futuro diferente para seus/suas filhos/as por meio da educação.

4 TRAJETOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: MEMÓRIAS, TEMPOS, CORPOS E DIFERENÇAS

4.1 Cultura, sentidos e subjetivações

O fim de uma história não acontece quando a esquecemos, pois a lembrança é uma poeira que existe porque anteriormente houve o mar (Brasileiro, 2022, p. 89).

A procura pela estruturação da “história universal”, apresentada de maneira unívoca e linear, instituindo uma descrição a mais fidedigna possível do passado, manifesta o movimento da busca pela “vontade de verdade” da ciência, construída pelos ideais burgueses. Porém, a correspondência entre discurso científico e fatos históricos apresenta um impasse epistemológico, visto que, para que esses acontecimentos adquiram o status de “fato”, é preciso que um discurso o constitua enquanto tal. Assim, elimina-se a historicidade do próprio discurso histórico, o presente do pesquisador e a relação desse presente com o passado (Benjamin, 1985; Gagnebin, 2006).

Nesse sentido, nesse movimento regido por paradigmas positivistas, a relação com o presente e seus usos e desusos do passado, e o que se considera como legado cultural, apresenta a problemática da transformação dos produtos culturais em mercadorias. Esse ideal é regido pelo impulso de acumulação, de modo que a humanidade teria de se lembrar de tudo e tudo armazenar, e a impossibilidade desse feito configuraria sua própria perpetuação, e essa perspectiva acumulativa da história reitera a cultura enquanto posse (Gagnebin, 2014). E é nesse sentido que Benjamin (2016) apresenta o conceito “museológico de cultura”, ou seja, a cultura como uma coleção infinita de tesouros do passado, invisibilizando os conflitos entre presente e passado, e com isso também, a sua descontinuidade.

Além disso, Stuart Hall (2016) ainda apresenta que, por muito tempo, a maneira clássica de debater sobre a cultura era a partir do confronto entre alta cultura e cultura popular, termos atrelados diretamente a concepções de valores. Assim, a alta cultura era tida como a soma de grandes ideias, unindo os clássicos da literatura, da música, da filosofia e outras artes, enquanto o popular era desvalorizado e deslegitimado, referindo-se ao que era consumido no dia-a-dia de pessoas “comuns”, pela “massa” (Oliveira, 2014). Entretanto, nos últimos anos, nas ciências sociais, a palavra “cultura” adquiriu novas roupagens, passando a ser utilizada para referir-se ao modo de existência de um povo, comunidade, nação ou grupo social, o que passou a ser a definição antropológica de cultura, e assemelhando-se a essa

perspectiva, mas com mais ênfase sociológica, o termo também passou a referir-se aos valores compartilhados em um grupo ou sociedade.

Com a “virada cultural”, nas ciências humanas e sociais, o “sentido” passou a ganhar notoriedade na concepção de cultura, modificando o conceito, de modo a não o restringir a um conjunto de “coisas”, mas também relacionando-o a um conjunto de práticas. Assim, segundo essa perspectiva, a cultura envolve o compartilhamento de significados entre membros de uma sociedade, pensando em como uma sociedade interpreta e significa o mundo ao seu redor, sendo a linguagem o meio pelo qual esses sentidos são conferidos às coisas. Entretanto, a ênfase dada às práticas culturais e seus sentidos compartilhados pode soar unitário e homogêneo, mas, em toda cultura, verifica-se uma diversidade de significados e maneiras de representar e interpretar os objetos e o mundo (Hall, 2016).

Portanto, os sentidos organizam e regulam práticas e condutas, auxiliando no estabelecimento de normas e convenções que ordenam a vida em sociedade. Assim, relaciona-se com diversas práticas em nosso “círculo cultural”, construindo identidades e delimitando diferenças, mas em um processo que não é fixo, intrínseco e imutável, ou seja, “o sentido não está no objeto, na pessoa ou na coisa, e muito menos na palavra. Somos nós que fixamos o sentido tão firmemente que, depois de um tempo, ele parece natural e inevitável” (Hall, 2016, p. 42).

Nas últimas décadas, essa preocupação com os sentidos direcionou-se não para o estudo das particularidades do funcionamento da linguagem, mas para o papel que o discurso desempenha na cultura. Assim, enquanto a abordagem semiótica se concentrava na forma como a representação e a linguagem produzem sentido, a abordagem discursiva foca nos efeitos e consequências dessas representações, sua política, examinando, além da produção de sentido pela linguagem, as relações de poder envolvidas na construção dos conhecimentos a partir dos discursos, analisando os efeitos desses processos na regulação de condutas, identidades e subjetividades (Hall, 2017).

Para isso, considera-se que a linguagem se faz enquanto instrumento para produção de realidades, não se reduzindo a um conjunto de signos que representariam e descreveriam o mundo (Gracia, 2004), não tendo a função unicamente descritiva - representando pensamentos e relações - sendo uma ação em si, com capacidade de construir pensamentos e realidades, assim como qualquer outra ação concreta (Fischer, 2001; Veyner, 2011). Assim, os discursos são práticas que, sistematicamente, constroem os objetos dos quais fala, e sendo uma prática social, sua produção se efetua a partir de relações de poder e saber. Porém, eles se amarram a um conjunto de regras, que configuram regimes de verdades, responsáveis

por instituir as verdades de seu tempo histórico (Foucault, 2008; Foucault, 1996).

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”. E a instituição responde: “Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém” (Foucault, 1996, p. 7).

Nesse sentido, o discurso não representa as lutas e os sistemas de dominação, mas o são, propriamente. Nesse processo de ocultar as particularidades e relações de poder, por meio da imutabilidade dos discursos universais, construídos pela vontade de verdade, exclui-se tudo que os desestruturam e os destroem. Dessa forma, há localizações nos discursos que são inacessíveis, impenetráveis e proibidas, enquanto outras são abertas e inteligíveis. Assim, há um temor dessa massa de coisas ditas que podem revelar as contradições, descontinuidades e desordenação, capazes de expor as violações, invisibilizações e silenciamentos do discurso (Foucault, 1996). Porém, as inconstâncias e mutabilidades da linguagem permitem emergir construções alternativas e contradiscursos, possibilitando a resistência e construindo a multiplicidade de sentidos, desacordos e conflitos que caracterizam as práticas discursivas (Nogueira, 2008).

Por conta dessa fluidez, o/a sujeito/a que fala não se encontra separado e autossuficiente, mas está imerso/a em relações de poder e saber (Nogueira, 2008). Tendo isso em vista, a constituição do discurso relaciona-se diretamente com a formação dos/das sujeitos/as sociais, sendo esses/essas não a causa e nem a origem do discurso, e sim seus efeitos discursivos. Mesmo que o/a sujeito/a se construa simbolicamente, ele/ela se constitui principalmente por meio de práticas reais, analisáveis historicamente. Desse modo, existem tecnologias de produção de sujeitos/as que são capazes de desestabilizar e atravessar os sistemas simbólicos, inclusive servindo-se deles. Notabilizando essas práticas de produção, compreendem-se as redes de poder e de saber que as produzem, permitindo outras formas de olhar o nosso passado, e sua importância na construção do presente (Fischer, 2001).

Portanto, neste trabalho, a perspectiva teórico-metodológica adotada não visa encontrar a verdade absoluta e irrefutável sobre os fatos, por meio de explicações unívocas e interpretações fáceis, reconhecendo, inclusive, as limitações históricas, sociais e contextuais que a pesquisa apresenta. Busco o caminho contrário, ou múltiplos caminhos, considerando a singularidade dos acontecimentos históricos e sociológicos, notabilizando o

que comumente se ignora e se invisibiliza, pensando na inadequação, irracionalidade e na singularidade, ao invés do adequado, racional e universal (Veyner, 2011).

4.2 A temporalidade na construção das memórias: as linearidades e fissuras

Assim, para este processo de pesquisa que não visa o estabelecimento de verdades inquestionáveis e generalizadas, é preciso realizar algumas reflexões sobre a inexatidão da temporalidade, pensando as interrelações, ou fissuras, entre passado e presente na constituição das memórias. Para isso, voltaremos à perspectiva benjaminiana, que apresenta inquietações a respeito da temporalidade comumente vista como linear, apresentando críticas a regimes de gestão da vida que instituem normatizações de subjetividades e existências e articulando práticas de resistência ao desaparecimento e esquecimento (Benjamin, 1985; Gagnebin, 2014).

Para isso, Benjamin reivindica a necessidade de visibilizar a dupla historicidade, na qual, em primeiro lugar, é necessário considerar a historicidade filológica, que não apenas visibiliza os teores materiais, mas também as palavras que os referenciam, em um exercício de “diferenciar historicamente como algo se diz e como depois ao ser dito de outra maneira, esse ‘algo’ não é mais o mesmo (Gagnebin, 2014, p. 201)”, e em segundo lugar, uma historicidade epistemológica, historicidade da enunciação, ou seja, reflexão a respeito do lugar e do tempo presente do pesquisador, evidenciando sua relação com o tempo e o lugar de seu objeto. Nesse sentido, o autor enfatiza a mutabilidade dos discursos históricos a partir da sua reprodução ao longo do tempo, e também a inexistência da neutralidade tanto do pesquisador como da pesquisa, visto que, os valores e princípios do pesquisador e sua relação com o objeto de pesquisa, incidem no processo de escrita.

Portanto, para complementar essas discussões, Benjamin (2016), além de conceituar sobre o passado, traz dois conceitos de atualidade: o primeiro classificado como “presentificação”, que se refere ao resgate de teorias e teóricos para serem utilizados no presente, buscando demonstrar a atualidade de suas postulações. Tal concepção pode ser superficial e partir de uma perspectiva acrítica do presente, ao buscar, nas conjunturas do passado, postulados para resolução de conflitos e problemáticas atuais. Nesse processo, os conceitos, valores e princípios mais vagos e amplos são tidos como intemporais, obedecendo a essa perspectiva apresentada anteriormente da cultura enquanto inventário de bens culturais, instaurando o status de cânone a essas obras e teóricos (Gagnebin, 2014).

Em contrapartida a essa percepção rígida de repetições de valores do passado no

presente, há o conceito de atualidade, defendido pelo autor, que retoma a ideia semântica da palavra, como o *vir a ser ato*, dando notoriedade à ressurgência de aspectos encobertos do passado no presente, pressupondo que o presente esteja aberto para acolher essas insurgências, reinterpretando a si e as narrativas de sua história. Assim, a temporalidade do passado não se limita à anterioridade do presente em uma linha cronológica linear, de modo que momentos esquecidos do passado e imprevisibilidades do presente se entrelaçam, criando uma nova configuração temporal disruptiva de atualidade, confrontando a narrativa dominante da história ao pressupor um entendimento do passado cujos sentidos podem se modificar, alterando também a autocompreensão do presente (Gagnebin, 2014; Benjamin, 2016).

Tendo isso em vista, a rememoração e suas análises não buscam a descrição das memórias de vida de modo fidedigno, procurando a veracidade dos acontecimentos, mas sim como os acontecimentos são lembrados por quem os viveu. Assim, para quem rememora, o importante não é o que se viveu, mas a forma como as lembranças são rememoradas “[...] um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (Benjamin, 1985, p. 37). Assim, articular o passado historicamente não se refere a conhecê-lo como ele de fato ocorreu, mas apropriar-se de suas reminiscências da forma como ela se apresenta.

Essa evocação de memórias pode ser pensada a partir da reconstrução do passado por meio dos rastros por ele deixados. O rastro, na tradição filosófica e psicológica, diz respeito a porções complexas e inexatas – sendo, para a lógica cartesiana e iluminista, o obscurecido¹³ - que une a presença do ausente com a ausência da presença, inscrevendo a lembrança de uma presença que não mais existe e que sempre corre o risco de se perder definitivamente. Nesse sentido, a memória encontra-se nesse conflito entre a presença e a ausência, sendo necessário, então, lutar contra o esquecimento e a denegação, sem cair em definições dogmáticas de verdades incontestáveis (Gagnebin, 2006).

Esse processo de apagamento do que não deve ser lembrado, construindo essa temporalidade linear, tem o propósito de garantir a supremacia de poucos, tidos como os seres mais

¹³ A autora Castiel Vitorino Brasileiro (2022) traz contribuições críticas e subversivas a respeito das tradições modernas iluministas e colonizadoras de controle sobre a escuridão, e seus mistérios, dizendo que “O negrume, o preto, o escuro ou a noite sem lua, são os principais pesadelos dos Seres modernos, porque são as matérias, as vidas, os lugares e as situações que denunciam a prevalência da relatividade, do acaso e da efemeridade, princípios combatidos com a elaboração das ditas ciências humanas ou faculdades que delas se aproximam [...] (p. 37).

evoluídos e responsáveis por levar a evolução, modernidade, civilidade a grupos e povos tidos como inferiores, apagando qualquer rastro que mantenha viva a memória dessas práticas consideradas como insignificantes (Brasileiro, 2022).

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão encarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-la. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso (Benjamin, 1985, p. 226).

No trecho acima é evidenciada a inseparabilidade da ideia de progresso e sua marcha em direção a uma temporalidade histórica vazia e homogênea (Benjamin, 1985). Por conseguinte, nesse processo de produção de uma linearidade histórica, a memória pode ser exercida como mecanismo disciplinar, por meio da seleção de narrativas que devem ser inesquecíveis e hegemônicas, perpetuando a história dos vencedores ao silenciar e aniquilar memórias, corpos e culturas dos vencidos, os “Outros”, o que impossibilita a existência de rupturas e contradições nessas narrativas universais e heroicas (Brasileiro, 2022).

Quando pensamos na importância dessas discussões e suas interrelações com a estruturação da instituição familiar, evidenciamos alguns princípios difundidos por essa concepção de história hegemônica, como as ideias de longevidade e linearidade, que introduzem compreensões normativas de tempo e transmissão. Assim, valoriza-se socialmente e economicamente a relação entre a família, o sistema de parentesco, e a temporalidade normativa, na qual se privilegiam longevidade e permanência, em detrimento da transitoriedade e contingência (Halberstam, 2020)

O tempo está organizado segundo a lógica de acumulação de capital, de modo que aqueles que se beneficiam do capitalismo experienciam essa perspectiva como inevitável. Assim, mesmo que os modelos cis-heteronormativos de família não estejam intrinsecamente fadadas à regularidade e repetitividade, por seguirem a matriz burguesa – que, como citado no primeiro capítulo, enfatiza a linhagem, herança e gerações - geralmente privilegiam o fluxo temporário baseado na continuidade, sem emendas (Halberstam, 2022).

Essa estabilidade perpetuada pelos modelos cis-heteronormativos de tempo e transformação impactam os diversos processos de mudança social. Nesse sentido, é naturalizado um modelo normativo temporal e espacial de congruência, linearidade

e longevidade, e modos alternativos de famílias, existências e alianças são invisibilizados e tidos como caóticos dentro de um sistema social que deve ser estável e ordenado (Halberstam, 2020).

[...] a categoria espaço-tempo é em si uma delimitação cognitiva que nos impossibilita perceber a vida de maneira espiralada que é. Em outras palavras, o conhecimento sobre algo não deveria ser uma prática de controle, traição e roubo, mas uma constatação percível sobre a forma na qual os mistérios da vida fazem-se presentes no momento em que nos encontramos com eles. (p. 46).

Subculturas não-normativas podem produzir, e produzem, temporalidades alternativas, nas quais é possível um futuro ser imaginado fora desses marcadores limitantes de experiência de vida que estabelecem obrigatoriamente como única trajetória: o nascimento, casamento, reprodução e morte (Halberstam, 2022). Assim, as análises que serão realizadas das memórias baseiam-se nessa perspectiva crítica temporal, e suas interações com a estruturação familiar, pensando nas possibilidades ou dificuldades da cisgeneridade em elaborar discursos que furem essa percepção neoliberal e capitalista de tempo e memória.

4.3 Os encontros e as narrativas de si dos/as participantes

A partir dessas reflexões sobre a desconstrução da linearidade temporal, pensando sobre as interseções e rupturas entre o passado e o presente no processo de rememoração, apresentarei as informações sobre a realização das entrevistas e os dados a respeito dos/as participantes da pesquisa. Importante ressaltar que, antes da realização das entrevistas, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da Universidade Federal de Rondonópolis, e obteve parecer favorável para a sua realização¹⁴.

Portanto, para a elaboração desta dissertação, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com pais e mães estudantes da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) para dialogar sobre as suas percepções a respeito da educação que receberam no contexto familiar e pensar sobre a educação que oferecem aos filhos/as na família que construíram.

A escolha desse recorte populacional considerou a sua potencialidade na exploração de aspectos que evidenciem as mudanças e/ou reiterações de práticas educacionais dentro do ambiente familiar, possibilitando analisar a maneira como as gerações mais atuais de pais

¹⁴ O parecer substanciado de aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFR, de número 5.982.834, foi realizado no dia 04 de abril de 2023.

e mães pensam a educação dos/as filhos/as, em articulação com as de gerações anteriores, por meio de suas memórias de infância. O contexto universitário em que estão inseridos/as pode influenciar suas reflexões sobre essas pedagogias, devido ao acesso a conhecimentos críticos presentes nesse espaço, porém, não se buscou o estabelecimento de uma relação direta e invariável entre o acesso a esses conhecimentos e a adoção de práticas educativas respeitosas e acolhedoras.

Nesse sentido, a realização do convite para a participação foi feita através de um formulário no Google contendo todas as informações da pesquisa, no qual a pessoa se identificava, escrevendo seu nome, o curso ao qual pertence, e o telefone de contato, para que, posteriormente, eu pudesse contatá-la. Sua divulgação foi realizada por Whatsapp, em grupos que continham como partes dos membros, estudantes da universidade, tendo em vista seu maior alcance ao público-alvo. A participação na pesquisa só foi realizada após a assinatura do Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo as informações a respeito da pesquisa, os riscos, benefícios e o sigilo das informações, podendo o/a participante escolher se seria utilizado seu nome real ou fictício.

Cinco pessoas demonstraram interesse, mas uma delas não participou da pesquisa, pois não respondeu as mensagens quando a contatei. Assim, participaram da pesquisa quatro pessoas, sendo três mães e um pai, pertencentes aos cursos de Administração, Enfermagem, Sistemas de Informação e Psicologia, da UFR, com idades entre 20 e 30 anos. Em relação à identidade de gênero e orientação sexual, três deles/delas se identificam enquanto pessoas cisgêneras e heterossexuais e uma enquanto não-binária e bissexual. Quanto à identificação racial, três se autodeclararam enquanto pessoas negras (pardas) e uma enquanto pessoa branca, estando todas elas em um relacionamento, sendo três dessas relações monogâmicas e uma não-monogâmica.

As entrevistas tiveram duração média de 20 minutos e foram realizadas presencialmente na sala 24 do bloco de Psicologia da UFR. Durante as entrevistas, fiz perguntas sobre as memórias de cada um/uma em relação ao seu contexto familiar, pensando nos sentidos da família em suas vivências, suas percepções a respeito da educação que lhes foi dada, como isso os/as subjetivou e os seus reflexos na educação que é oferecida aos filhos/as. Além disso, questionei sobre a maneira como o gênero incide nessa educação, pensando possíveis diferenças nas pedagogias de corpos ditos femininos e masculinos.

A partir das memórias de cada um/uma, as análises dessas narrativas foram articuladas com as discussões teóricas sobre a inteligibilidade de um modelo de família cis-heteronormativo que se constrói e se sustenta historicamente a partir de valores e princípios

capitalistas e liberais, consolidando-se a partir de hierarquias de poder. Em contrapartida, tendo em vista as mudanças sociais e tecnológicas, foram feitas reflexões sobre os desdobramentos desses processos de desestruturação desse modelo universal nos discursos de uma geração de pais e mães que tem vivenciado essas transformações, produzindo novos sentidos para esses laços familiares ou buscando a manutenção dessa estrutura hegemônica de família (Badinter, 1985; Butler, 2003; Preciado, 2020).

Para as análises, considera-se que os discursos não se reduzem às manifestações discursivas de um sujeito, mas indicam um lugar de dispersão e descontinuidade, considerando que o campo discursivo engloba asperezas e contradições, assim como harmonias, coerências e resistências. Assim, foram construídas unidades a partir dessas dispersões, buscando visibilizar, na união dessas narrativas, de que maneiras os discursos aparecem e se distribuem, tendo em vista que o/a sujeito/a da linguagem é falante e falado (Veyne, 2011).

Nesse sentido, inicialmente, serão apresentados cada participante e o percurso das entrevistas, destacando seus marcadores sociais de raça, classe, gênero e sexualidade, para que, posteriormente, nos quatro eixos temáticos que organizam as análises, sejam feitas as articulações desses atravessamentos com as singularidades e similaridades dessas memórias. Assim, as análises das narrativas foram organizadas nos seguintes eixos: as dinâmicas de poder atuantes nos discursos sobre os sentidos da família; a figura masculina como perigo e ameaça às infâncias; a diferença sexual atuante na educação de meninos e meninas; manutenção e desestruturação de práticas de controle e silenciamento no ambiente familiar.

4.3.1 Clarissa

Clarissa tem 20 anos, é uma mulher cisgênera, parda, heterossexual, cursa enfermagem, é mãe de um menino e encontra-se em um relacionamento monogâmico. Foi a primeira pessoa que eu entrevistei e foi a com menor tempo de duração. Penso que a brevidade da entrevista se deve ao meu nervosismo inicial com essa etapa da pesquisa, mas também à resistência da participante em narrar suas memórias familiares. Além disso, durante a entrevista, ela comentou sobre sua dificuldade em se relacionar com as pessoas, e percebi que ela aparenta ser tímida e retraída.

Apesar do tempo curto de entrevista, sua narrativa apresenta muitas nuances e contradições discursivas. Frequentemente, em seu discurso, ela enfatizou a importância de sua

família em sua vida, mas abordou também as limitações que lhe foram impostas pelos familiares. Ela comentou que a rigidez em sua educação, principalmente exercida pelo seu pai, refletiram na sua subjetivação e desenvolvimento, mas, apesar disso, ela não expressa em seu discurso revolta ou insatisfação com essa forma de educar. Além disso, seu discurso é ambíguo em momentos em que fala sobre como a diferença sexual perpassa a educação de meninos e meninas. Há trechos em que ela reconhece que há diferença nos processos pedagógicos de meninos e meninas, citando memórias de infância em que seus irmãos foram mais privilegiados, mas afirma que a educação que oferece ao filho visa mostrar a igualdades entre homens e mulheres, pontuando a discordância com as pautas feministas.

4.3.2 Roger

Pai de uma menina, Roger é bissexual, não-binária, tem 32 anos, cursa sistemas de informação, é não-monogâmico e está em um relacionamento. Por ser uma pessoa com a qual eu convivo, não houve um constrangimento inicial e a entrevista ocorreu de modo descontraído, permitindo-me explorar as particularidades de suas vivências familiares enquanto pessoa dissidente das normas de gênero cis-heterossexuais, assim como as suas percepções, enquanto pai, sobre a educação no contexto familiar. Além disso, no momento da entrevista, perguntei-lhe sobre os sentidos atribuídos à família enquanto pessoa não-monogâmica, o que me permitiu refletir sobre as possíveis alternativas para esse modelo construído de família cis-heterossexual, apesar de notar que a desestabilização desse modelo e seus alicerces é um caminho árduo, com reproduções dessas normativas mesmo quando se pretende desestruturá-las.

Como foi o único pai que eu entrevistei, foi possível notar as particularidades de sua relação com a filha, pensando a respeito da maneira como a masculinidade que atravessa seu corpo afeta essa relação. Apesar de relatar que sua relação com a filha, que não reside com ele, se estrutura a partir do diálogo, respeito e liberdade de expressão, ele demonstrou enfrentar dificuldades em auxiliá-la em atividades cotidianas de cuidado, principalmente relacionadas ao toque do corpo da filha, como ajudar no banho. Nesse sentido, em sua fala, evidencia-se a associação da masculinidade enquanto perigo para a infância, confluindo com os outros relatos das participantes, mas com o adendo de que, nesse caso, o participante vê como alternativa não se aproximar do corpo da filha com o intuito de protegê-la, para que ela compreenda os riscos que o corpo masculino representa. Nesse sentido, apesar de não ser uma pessoa que expressa a masculinidade de maneira normativa, Roger demonstrou

vivenciar conflitos na educação da filha quando reflete sobre os sentidos do seu corpo socialmente, e como esses sentidos serão compreendidos pela filha, e como serão refletidos nas relações com outros corpos que performam masculinidade.

4.3.3 Aline

Estudante de economia, mãe de gêmeos, uma menina e um menino, Aline tem 30 anos, autodeclara-se como uma mulher cisgênera, hétero e parda, e é casada com o pai das crianças. Mostrou-se aberta a perguntas sobre suas memórias de infância e a educação dos/as filhos/as, apontando a importância da família em sua vivência, mas adotando uma postura crítica em relação ao comportamento dos familiares com ela e com os/as filhos/as. Demonstrou, ainda, seus incômodos com algumas atitudes do marido diante da relação familiar que construíram. Suas vivências na infância são bastante perpassadas pela condição socioeconômica da família, de modo que, desde a infância, ela e os/as irmãos/as desempenhavam tarefas domésticas e de cuidado, por conta da carga horária de trabalho da mãe, que a impossibilitava de realizar essas tarefas.

Essa dinâmica familiar a fez apontar que não percebia diferença na educação de meninos e meninas, visto que ela e os outros 6 irmãos/as dividiam os afazeres domésticos. Porém, percebe essa diferença na educação dos filhos/as, dizendo que tem maior preocupação com o cuidado da filha, por saber os riscos a que ela está submetida por ser uma menina. Os seus receios são voltados, principalmente, às figuras masculinas, citando, inclusive, o medo de familiares.

4.3.4 Ana

Por fim, temos a Ana, que tem 27 anos, é estudante de psicologia, autodeclara-se parda, cisgênera e heterossexual, é mãe de um menino e é casada com o pai de seu filho. Durante a entrevista ela se mostrou aberta às perguntas, fazendo reflexões importantes durante as falas. Sua relação familiar é perpassada por bastante afeto pela mãe e a irmã, por desavença pelo padrasto e por indiferença pelo pai e pelo irmão, de modo que, atualmente, ela mantém pouco contato com essas três figuras masculinas. Devido à separação de sua mãe com seu padrasto, e a dificuldade de manter sua relação com ele, seu núcleo familiar concentra-se nas figuras da mãe e da irmã.

Essa dinâmica familiar, e suas mudanças ao longo dos anos, impactam na sua relação com o filho e com o esposo. Ela associa os comportamentos do pai e do padrasto a atitudes a serem evitadas na educação do filho, e considera alguns aspectos da relação com sua mãe como importantes de serem reiterados. Além disso, ela também menciona a sua preocupação com a educação do filho, para que ele não reproduza atitudes machistas e misóginas, ressaltando suas dificuldades nesse processo, principalmente quando pensa na relação dele com a família do seu esposo.

5 OS SENTIDOS, MANUTENÇÕES E TRANSGRESSÕES DA EDUCAÇÃO DA CISHETERONORMATIVIDADE NA FAMÍLIA

5.1 As dinâmicas de poder atuantes nos discursos sobre os sentidos da família

Neste eixo busquei reunir os trechos que abordam os sentidos que os/as participantes/as atribuem à família em suas vivências, evidenciando as interrelações destes com a construção de um modelo histórico-social, com legitimidade social e estatal, de família universal cis- heterossexual, que se constitui como projeto biopolítico de agenciamento da cisgeneridade e heterossexualidade, naturalizando a diferença sexual para sua reiteração e manutenção como norma (Butler, 1990; Foucault, 1999) Assim, tendo em vista a rede de relações de poder-saber que se articulam com a constituição desses laços familiares, busquei apresentar o que é permitido e o que não é permitido ser dito, mas também as incoerências e resistências às naturalizações, presentes na construção dessa instituição (Foucault, 1996).

Para suscitar essas reflexões, inicio com as respostas às seguintes perguntas: “O que é família para você?” e “Qual a importância da sua família para você?”. De maneira geral, os/as quatro participantes direcionaram suas respostas a palavras como “apoio”, “acolhimento”, “base”, “pertencimento”, e expressaram que suas famílias são pilares importantes em suas vidas, como no exemplo, a seguir, de Clarissa:

Clarissa: Pra mim família ela é extremamente importante porque eu [...] eu sinto uma necessidade muito grande, né? Na família porque eles... têm aquele apoio, né? É a base, então, eu acredito que é essencial ter esse vínculo com uma família, né? Eu vejo como muito necessário (Entrevista em 30/08/2023).

Mas, no decorrer da entrevista, quando perguntei à mesma participante se ela considera que em sua infância foi uma criança que teve liberdade para se expressar, ou se era mais cerceada, ela não hesitou em responder que foi uma criança sem liberdade para brincar e sair de casa:

Clarissa: Podada mesmo, porque, quando era criança, não tinha essa liberdade para brincar, não podia ir na casa de amigos, não podia sair de casa, por perigo, e também porque meu pai, ele era bem rígido, ele é um senhor de idade, tá com 81 anos, então, ele sempre foi assim, foi muito fechado, então, eu sempre [...] nunca tive muita interação com outras pessoas (Entrevista em 30/08/2023).

Assim, apesar de apontar a família como “essencial” e “extremamente importante”, ela também percebe que recebeu uma educação baseada na vigilância e no controle, refletindo

sobre seus impactos em seu desenvolvimento. Porém, durante toda a entrevista, mesmo reconhecendo essa dinâmica e suas consequências, ela apresenta uma postura de conformismo e proteção à hegemonia dessa instituição familiar, justificando as atitudes de vigilância e violência exercidos pelo pai e pela mãe, como no trecho acima, ao associar a rigidez do pai a sua idade avançada. Isso conflui com a construção da família como instituição com papéis naturalizados e fixos, que se consolida tendo a figura paterna como representante da autoridade, cabendo aos filhos/as o dever de obediência irrestrita aos pais, a esse modelo familiar e sua hierarquia (Badinter, 1985). A partir disso, percebo que ela permaneceu obediente a esses princípios morais, tentando impedir o aparecimento de brechas em seu discurso, que poderiam se contrapor a esses princípios, apesar de, muitas vezes, falhar nessa tentativa.

Quando faço as mesmas duas perguntas na entrevista com Roger, ele fica pensativo, e vai construindo a sua fala aos poucos, intercalando sua percepção sobre a dinâmica com os pais e o que busca construir com seus/suas parceiros/as:

Roger: Essa pergunta [...] é meio difícil, né? [...] Acho que já mudou bastante assim...ao longo da minha vida, mas [...] hoje eu penso como um projeto, assim, de acolhimento, de pertencimento assim, né? Uma coisa que eu penso em construir, tô tentando construir para mim e para minha filha, meus companheiros e [...] ...mas por muito tempo também foi um laço sanguíneo assim, por um tempo também foi metade dessa sensação de, não sei, de acolhimento [...] (Entrevista em 01/09/2023).

A partir desse trecho, notei que ele visualiza a construção da família como um processo, passível de questionamentos e mudanças, mas, apesar de pontuar suas insatisfações com o modelo de família hierárquica, e viver um relacionamento não-monogâmico - capaz de desestabilizar esse modelo cisheteronormativo de família -, ele não nomeia as relações que construiu com seu companheiro, com a filha, e com outros/as pessoas com quem se relaciona como família, dizendo almejar construir esse projeto de acolhimento. Nesse sentido, evidencia-se nesse trecho que, mesmo ele performando uma identidade de gênero e orientação sexual subversiva e construindo laços afetivos não hegemônicos, a sua concepção de família é perpassada por ideias normativas, que o impedem de visualizar essas relações alternativas que construiu como família (Halberstam, 2022). Pode ser que isso ocorra por seu corpo, discursos e práticas serem atravessados por múltiplas relações de poderes, de forma que, sua performance não será subversiva todo o tempo, podendo ele, então, reiterar a norma, mesmo localizando-se fora dela (Foucault, 1999; Butler, 2003).

Para evitar a emancipação do opressor em nome do oprimido, temos de levar em conta toda a complexidade e sutileza da lei, e nos curarmos da ilusão de um corpo

verdadeiro além da lei. Se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para seu passado “natural”, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais (Butler, 2003, p. 139).

Assim, torna-se evidente em sua fala o funcionamento das normas que, por meio de dispositivos de poder, exercem efeitos colonizadores sobre os corpos, identidades e existências que não se conformam a elas (Simakawa, 2015). Além disso, por vivenciar formas não hegemônicas de se relacionar afetivamente, não respaldadas e legitimadas social, econômica e politicamente, percebo as suas incertezas a respeito da construção desses vínculos, mas também as possibilidades de desestruturação e descoberta de formas outras de se organizar afetivamente e pensar a família, não se baseando em um modelo pré-determinado a ser seguido.

Outro aspecto interessante em sua fala foi a maneira como ele caracterizou a sua relação com o pai e a mãe, que compõem o seu núcleo familiar. Para compreender essa dinâmica, perguntei se seus pais residem em Rondonópolis, e ele respondeu que sim, e em seguida, questionei se eles se veem com frequência e qual seria a proximidade entre eles, e Roger respondeu:

Roger: É [...] faz um tempo que a gente não é muito de conversar assim [...] a gente é meio [...] se vê direto, mas não tem uma proximidade assim, de pessoal, vamos dizer assim, né? Mas uma [...] tem afeto, tem tudo, mas a gente não consegue se aproximar assim, mas a gente se vê direto assim, pelo menos, sei lá, umas duas vezes na semana, no mínimo [...] eu considero a gente meio distante (Entrevista em 01/09/2023).

Percebe-se que, apesar do contato constante entre ele e sua família, isso não indica uma proximidade afetiva entre eles/elas, com a existência de barreiras para que haja uma comunicação aberta na relação. Assim, podemos pensar que essa liberdade e proximidade afetiva pode não ser uma prioridade nessa dinâmica. Quando observamos a construção da família como uma esfera institucionalizada de poder, deparamo-nos com a sua manutenção mesmo em situações em que não estejam presentes o afeto, respeito, comunicação aberta e amor (hooks, 2021). Tais percepções também são evidentes quando Roger menciona a forma como a proximidade dele com sua família é estremecida por conta da sua identidade de gênero e orientação sexual.

Roger: Ah, eu sinto que já vinha bem estremecida assim [...] quando começou essa questão de gênero, eu sinto que foi uma acentuação do que já vinha assim, mas [...] foi bem ruim assim [...] até hoje ainda não é boa. Eu sinto que, é uma coisa que me pega bastante, assim não tenho muita coragem de conversar isso com eles, coisas

assim tipo de [...] de me expor. Eu me mostro mais [...] é [...] fisicamente, me vestindo e tals, mas sobre ter uma conversa sobre, assim, eu acho difícil, porque eu sempre me sinto meio machucado assim, são [...] não é nada aceito, são palavras ruins que a gente escuta assim [...] uma questão bem sensível, fico [...] é horrível, é bem ruim assim (Entrevista em 01/09/2023).

Nesse sentido, percebemos que se impõe o segredo sobre a sexualidade dentro do ambiente familiar, de modo que os pais ditam a lei, fazendo reinar a norma e o direito da fala, e o que se desvia dela deve encobrir-se, sendo necessário o decoro com o discurso, limpando-o. Assim, a performance dissidente do participante é negada e reduzida ao silêncio dentro do ambiente familiar, como se não existisse, ou não devesse existir, e sua menor manifestação deve desaparecer. Esse processo de silenciamento funciona como condenação ao desaparecimento, impondo o silêncio para a constatação de que não há nada a se dizer, nem ver, nem saber (Foucault, 1999).

Protege-se dentro da família, não os direitos dos/as filhos/as, mas as normas sexuais e de gênero apresentadas pelos sistemas sociais, cabendo às formas de dissidência o castigo, silenciamento, ameaça e até a morte. Portanto, em nome da ideologia da diferença sexual e da cis-heterossexualidade, privam-se os pais de se aproximarem dos/as filhos/as, negando-lhes a autodeterminação de gênero e sexualidade (Preciado, 2020).

Mas, como apresenta Foucault (1999), a família é uma “rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis” (p. 46), reduzi-las à interdição da sexualidade não dá conta do seu funcionamento, sendo não apenas dispositivo inibidor, mas também incitador de sexualidades, e é a partir disso que movimentos de resistência, como a estratégia de Roger de se posicionar por meio de sua vestimenta, são realizados dentro dessa rede de relações de poder e saber que estruturam a família. Nesse sentido, mesmo não verbalizando como se identifica, ainda assim, utiliza-se de formas discursivas para fazer isso, apresentando uma performance por meio de atos corporais, vestimentas e comportamentos, que se demonstram como atos de resistência que desestabilizam os pais, exemplificando que o discurso não se restringe apenas a frases, palavras e signos, mas diz respeito também a ações e práticas sociais (Butler, 2022; Foucault, 1999).

Roger também relata sobre suas críticas a respeito das relações monogâmicas e seus desdobramentos no âmbito familiar, demonstrando um posicionamento de recusa e desestabilização desse modelo, além de apresentar como alternativa a essas obrigatoriedades a não-monogamia

Roger: Geralmente, uma coisa que eu vejo assim da família monogâmica assim e “tals”, é às vezes uma “forção” de barra para estar naquele, naquele lugar de família, naquele lugar de relação, né? Então, acho que não-monogamia traz esse lugar de não forçar você tá ali, e você vai estar sempre porque você quer, porque...

acho que não tem essa necessidade de manter essa entidade [...] essa [...] acho que é legal essa possibilidade (Entrevista em 01/09/2023).

Assim, ele demonstra seu desconforto com o caráter de obrigatoriedade que a família monogâmica institui, com vínculos que não devem ser questionados e a expressão de opiniões e questionamentos sobre essa organização não é uma opção. Isso porque, esse modelo serve a um sistema social e econômico, pautado na propriedade privada, que tem a família como pilar de sustentação, que preza pela vigilância e disciplina para configuração de sujeitos/as adequados à norma, de modo que, para que isso ocorra, é preciso criar um compromisso de obrigatoriedade com essa instituição familiar nos/as sujeito/as, naturalizando a ideia de que não se deve questionar essa instituição e quem se localiza acima na hierarquia (Engels, 2019).

Ao mesmo tempo, ele também apresenta as fragilidades desse modelo, que ele nomeia como “entidade”, demonstrando que é possível a construção de laços alternativos, que, nesse caso, são laços não-monogâmicos, que não se estruturam por meio da opressão e obrigatoriedade, mas sim pautando-se no real desejo de estar próximo, de construir vínculos afetivos por vontade própria, propiciando ambientes de acolhimento, de escuta e de troca de afetos. Assim, apesar da família ter sido construída historicamente como esse dispositivo regido por princípios e valores burgueses e neoliberais, ela não é única e estável, e seu caráter construído permite que também se desestruture, com a consolidação de formas alternativas de vida, laços, famílias, permitindo que o futuro possa ser imaginado por meio de lógicas que estão fora desses marcadores normativos e fixos (Halberstam, 2022).

5.2 A figura masculina vista como perigo e a culpa materna

Durante as entrevistas, mesmo sem a realização de uma pergunta que se relaciona diretamente com a temática, todos os/as participantes trouxeram o temor que os homens representam para as crianças e, em alguns casos, foram mencionados os familiares, de modo que a presença dessas figuras masculinas exigiria maior cuidado e vigilância para a prevenção de potenciais abusos, como exemplificado na fala de uma das participantes:

Aline: Porque hoje é um dia, infelizmente, não é desconfiando dos meus cunhados, meus irmãos, de ninguém, né? Do pai, do vô, mas a gente vive numa sociedade tão doente, tão doente, que você não pode confiar, infelizmente, você não pode confiar em ninguém. Então, fica difícil você criar uma menina, não é só uma menina né? O menino também, mas ela assim [...] eu tenho mais medo por ela (Entrevista em 04/09/2023)

A participante, que é mãe de gêmeos, um menino e uma menina, menciona que o

diagnóstico de TDAH do filho exige que ela se dedique mais ativamente a sua educação, auxiliando-o em suas atividades cotidianas – aspectos que a faz se culpar por não dar o mesmo apoio à filha - mas seus receios com a proteção da filha são maiores por conta do que seu corpo representa socialmente. Receios estes que são direcionados a vários homens que permeiam seu ambiente familiar, ou seja, para a mãe, o perigo é representado por qualquer figura masculina de sua família. Assim, ao refletirmos sobre essas inquietações de Aline em relação à filha, relacionando-as com os sentidos que essas figuras masculinas na família foram adquirindo no decorrer da história, podemos pensar sobre a condição de posse que o corpo dos filhos/as, e principalmente da filha, representa para os representantes da autoridade e da lei, a quem se deve obediência cega e inquestionável (Badinter, 1985). Além disso, Aline menciona também que sua preocupação se acentua devido à forma como a filha se posiciona no seu meio social, como destacado abaixo:

Aline: Então, eu tenho medo por ela, porque ela também...ela assim, ela é uma pessoa muito bruta, ela já com cinco anos de idade ela tem opinião. Se ela fala que é não, é não. Então, você tem que tentar conversar e tentar mudar ver se consegue fazer alguma coisa, porque bater de frente com ela não funciona. Então, eu tenho medo (Entrevista em 04/09/2023).

Nesse sentido, a postura da filha (uma menina que diz “não” aos adultos), além de contrapor-se ao que se espera socialmente das crianças, que é a inocência e a passividade, visto a sua condição de seres incompletos e sem direito à voz, pode ser, inclusive, um fator de auto-proteção contra abusadores. Acrescido a isso, quando pensamos no marcador de gênero, nesse caso, o comportamento da filha torna-se um agravante maior diante das expectativas sobre esse corpo infantil, visto que se espera da feminilidade a docilidade, submissão e doçura, e não opinião e “brutalidade”, como a participante classifica (Badinter, 1985).

Ainda sobre a utilização do termo “bruta” pela mãe, para se referir à filha, notamos a contraditoriedade presente no discurso de Aline, tendo em vista que, se compararmos o trecho anterior, no qual ela menciona a desconfiança de familiares, por medo de possíveis abusos, com o seguinte, a respeito do comportamento da filha, percebemos que as atitudes da filha, que poderiam ser consideradas como importantes para sua própria segurança, surpreendentemente não são bem vistas pela mãe. Desse modo, notamos a necessidade da segurança do corpo de sua filha ter que ser mediada e controlada por Aline, deslegitimando ações da filha que promovem sua autoproteção contra possíveis abusos.

Assim, essas contradições em seu discurso estão em consonância com as premissas adultocêntricas de que, para um corpo infantil ser visto como merecedor de proteção, inclusive contra violências e abusos, é preciso que sejam identificadas nele a pureza e a

passividade, pois a violação seria contra essas ideias angelicais. Porém, é preciso pontuar que é por esses corpos terem gêneros, raça, sexualidade e serem perpassados por vários outros marcadores sociais, que devem ser respeitados e protegidos, sendo as crianças e adolescentes sujeitos de direito e capazes de atuar socialmente, produzindo mudanças (Finco, Silva, Faria, 2018).

Retomando as reflexões sobre as expectativas a respeito da feminilidade, destaco a presença de sentimentos relacionados à maternidade e suas funções nos discursos de duas participantes. Uma delas é Aline, quando comenta sobre sentir que não se dedica o suficiente para a educação da filha quando compara com o que oferece ao filho, que precisa de mais apoio, utilizando inclusive as palavras “culpa” e “falha” para explicar o que sente sobre isso. A outra participante é Ana que relata sobre a necessidade de priorizar o filho em detrimento de si mesma, assim como sua mãe fez com ela em sua educação.

Aline: É, é porque ele tem TDAH, então eu tenho que ter um pouco mais de paciência com ele, que às vezes eu sinto que me falta com ela, eu me cobro, eu, eu sei que eu sou muito falha com ela em questão disso, que com ele eu trabalho uma paciência, e com ela não, mas a forma de educar para os dois é a mesma, não é não, sim é sim. Mas nessas coisas eu sinto que ainda sou bem falha em relação a ela (Entrevista em 04/09/2023)

Ana: Sim é mais com relação assim de colocar ele como um pouco de... com um pouco de prioridade assim, sabe? [...] De olhar para ele mesmo com um certo... com certo assim, olhar assim de que ele é muito importante para mim, talvez até colocar ele em primeiro lugar em certos momentos, né? Não que eu me anule, mas eu sempre coloco ele como prioridade nos meus horários e tudo que eu vou fazer, porque eu quero dar assistência a ele, eu quero que ele perceba que ele pode, que ele tem alguém ali, né? E assim, que minha mãe me ensinou e assim eu faço com ele e eu sinto que é importante, porque eu sinto que foi muito importante para mim esse apoio assim, ter minha mãe sempre fazendo as coisas por mim [...] (Entrevista 31/08/2023).

Nesse sentido, apesar dos esforços na educação dos/as filhos/as, percebemos que as duas sentem que devem se dedicar cada vez mais, dando o máximo de si na educação das crianças. Nota-se que nenhuma delas pensa na possibilidade de compartilhar esse cuidado com os pais das crianças, amenizando esses sentimentos de culpa e insuficiência. Essa coincidência de sentimentos sobre a maternidade não é ao acaso, visto que a figura feminina foi, ao longo do tempo, tida como obrigatoriamente responsável pela reprodução e educação dos/as filhos/as, associações alicerçadas, por exemplo, pela ciência, religião e sistema político econômico (Del Priori, 2014; Badinter, 1985). No sistema capitalista, ao tornar esse trabalho materno invisível, não o reconhecendo como atividade socioeconômica, utilizando-se da sua naturalização no decorrer da história, explora-se esse trabalho de cuidado. Concomitantemente, sem a validação de seus serviços, cria-se a sensação de que nunca é o

suficiente, de que é preciso se doar cada vez mais a essa função, que diz sobre a sua condição como boa mãe ou não (Federici, 2017).

É interessante notar também que, apesar da diferença geracional entre elas e as suas mães, essa necessidade de prover cuidados, conciliando a educação dos/as filhos/as com as jornadas de trabalho, também é observada, de modo que, as duas mencionam que se espelham nessas figuras maternas e sentem muita admiração por elas. Em contrapartida, os pais e padrastos são mencionados como ausentes e negligentes nesses cuidados, como observamos nos trechos a seguir:

Aline: Meu padrasto bebia muito, o irmão dele bebia, o pai dele bebia. E aí, minha mãe tinha que trabalhar, e eu que cuidava dos irmãos e tinha também a mãe do meu padrasto, que ela tinha problema, aí eu cuidava. Acho que essa foi a maior dificuldade para mim, bebida dos adultos (Entrevista 04/09/2023)

Ana: [...] a gente teve várias moradias né? Fui criada com meu padrasto, eu chamo ele de pai, e depois de muitos anos minha mãe se separou dele. E para mim foi muito estranho essa separação né? Eu não consegui continuar tendo um contato com ele, sabe? Mas assim, enquanto infância, eu achava ele um pouco ignorante, só que a minha mãe ela sempre supriu muito isso, né? (Entrevista em 31/08/2023).

Ana: Eu tenho uma irmã de 28 e um irmão de 31, acho. É porque ele não mora com a gente, ele mora com meu pai biológico, e minha mãe veio grávida lá de outra cidade, e a minha irmã pequenininha, e a gente não teve muito contato com ele. Tanto que até os meus 13 anos eu nem lembrava o rosto dele

Lissa: Do seu irmão? Ana: Do meu pai (Entrevista em 31/08//2023).

Assim, ao passo que é naturalizada a figura da mulher como mãe, que tem obrigação sobre a educação dos/as filhos/as, as figuras paternas são eximidas dessa função, podendo não participar desses cuidados e, possivelmente, não sendo culpados por isso. Tidos como detentores da lei e representantes da autoridade, sendo superiores aos outros membros da família, todas as suas atitudes, ou ausências, são justificadas e/ou não questionadas, e a culpa e sobrecarga destinam-se totalmente às mães (Badinter, 1985). Nesse processo, mesmo que atualmente se verifique a participação maior dos pais na divisão desses cuidados, ainda são intergeracionais a sobrecarga e os sentimentos de insuficiência entre as mulheres.

Há de se pensar que o processo de formação humana requer outro olhar sobre os papéis atribuídos aos homens e as mulheres, aos meninos pequenos e as meninas pequenas e as suas relações, tendo como aporte as questões de gênero, para que possam, através de diferentes experiências, tomar consciência de que a hierarquia, poder e dominação precisam ser constantemente desmistificados [...] (Silva, 2019, p. 164).

Ainda sobre essa relação da masculinidade com a educação e o cuidado dos/as filhos/as, no discurso de Roger, essa problemática apresenta-se quando ele menciona os cuidados

diários com a filha, demonstrando conflitos em relação à maneira como deve ser comportar diante do corpo da filha, visto que, como ele diz, seu corpo é lido socialmente como masculino:

Roger: Como a gente vai desenvolver essa questão tipo de banho e tudo mais, porque querendo ou não tem que ter essa proteção da figura do corpo masculino [...] Eu sempre participei e “tals”, mas agora como ela tá crescendo, eu tô tentando participar ao menos possível assim, sabe? E... mas para mim ainda é uma coisa muito... uma incógnita [...] Acho que, se fosse um corpo masculino, eu teria menos medo de, tipo, estar participando [...] (Entrevista em 01/09/2023).

Assim, sob outra perspectiva, Roger compartilha suas dificuldades em participar dos cuidados da filha devido a preocupações relacionadas à proteção do corpo feminino infantil em relação ao corpo masculino adulto. Sem saber como manejar essas problemáticas, ele opta por não participar de alguns cuidados que envolvem o contato maior com o corpo dela, como o banho e a limpeza após o uso do banheiro. Nesse sentido, percebemos que, como o cuidado, o afeto e a educação não são historicamente associados à figura masculina, não só no ambiente familiar, como em outros serviços de cuidado, a relação desse corpo adulto com o corpo infantil é vista como perigosa e exige vigilância, demonstrando que, além de não estarem associadas essas funções de cuidado ao homem, ainda é naturalizada a ideia de que essa figura pode ser um potencial abusador.

Tais suspeitas sustentam-se pelo grande número de abusos infantis serem praticados por homens próximos à família ou do núcleo familiar das vítimas, assim como por essas violências terem sido por muito tempo invisibilizadas (Silva, 2019). Portanto, quando há a tentativa de participar mais ativamente da educação e cuidado dos/as filhos/as, há o impasse de não saber como esse corpo masculino pode exercer esse cuidado de maneira respeitosa, o que pode levar a decisões como a de Roger de se eximir de alguns cuidados.

5.3 A diferença sexual atuante na educação de meninos e meninas

Nesse eixo, reuní trechos sobre as percepções a respeito da educação de meninos e meninas, se há diferenças nessa educação, pensando que o cenário doméstico legitima a coerência sexo/gênero/sexualidade, naturalizando-as, mas também por ser um ambiente propício para subversão dessas lógicas (Butler, 2003). Nesse sentido, o primeiro trecho é de Clarissa, que faz observações sobre a maneira como seu pai educava as filhas e os filhos.

Clarissa: Porque meu pai era muito mais rígido com as filhas dele do que com os filhos [...] as mulheres, assim [...] Não podia nem sair, não estudava, entendeu? Mas como eu sou a mais nova, eu tive um pouquinho mais de liberdade, mas nada

de festa, né? De ir para lugar nenhum, só escola mesmo (Entrevista em 30/08/2023).

Percebemos que seu pai teve impacto significativo em sua educação, de modo que as duras imposições que eram direcionadas a ela sempre se referem ao pai. Além disso, ao mencionar que o mesmo impedia que as filhas estudassem, ela relata, em outro momento, que a responsável por incentivar nos estudos foi a mãe, que, mesmo “não sendo tão liberal assim”, via potencial para que a filha pudesse seguir um caminho que ela não pôde. Assim, a sua educação rígida é perpassada pela cis-heteronormatividade, na qual se torna imprescindível a diferenciação entre os papéis femininos e masculinos, por meio de princípios conservadores que não reconhecem nem a possibilidade das mulheres se tornarem sujeitas ativas, endossando as ideias de passividade e submissão ao homem (Biroli; Vaggioni; Machado, 2020). Tais análises relacionam-se com as suas considerações sobre a educação que ela exerce com seu filho, e como ela vê o gênero atuante nessa educação:

Clarissa: Bom, é que se você conseguir educar mostrando que os dois têm uma certa igualdade, e isso vai fazer uma diferença futuramente, porque às vezes tem muitas... muitas bolhas tipo, que acreditam em alguma coisa. Eu não sou feminista, mas eu acredito que tem certas coisas no feminismo que às vezes coloca, talvez um pouco acima, ou então no machismo também, entendeu? Então, eu quero, tentaria educar ele no termo...meio termo [...] para que não houvesse essa diferença. Então, precisa ser mostrado ao menino que existe essa diferença e que ela precisa ser trabalhada [...] e também mostrar para menina que não é só porque é mostrado [...] que não pode estar num lugar, que não quer dizer que ela não possa estar ali, mas sim mostrar que ela pode estar aonde quiser. É isso (Entrevista em 30/08/2023).

Nesse sentido, por ter vivenciando tão ativamente práticas normativas, que moldavam sua performance e a impediam de ocupar espaços de poder, ela visualiza a existência dessa desigualdade de gênero e sexual, mas mesmo proferindo falas que se assemelhem a pautas do feminismo, como “mostrar que ela pode estar aonde quiser”, se identificar com esse movimento não é cabível, ela prefere localizar-se e identificar sua educação com o filho em um fictício “meio-termo”. Além disso, outro aspecto importante são os possíveis efeitos do neoconservadorismo nesse posicionamento, tendo em vista que ele tem se expandido cada vez mais, e um de seus inimigos é o feminismo, com a demonização de suas pautas e as próprias sujeitas atuantes nele, o que levanta a hipótese de que o contato que ela tem com os movimentos feministas sejam a partir desses discursos falaciosos e de ódio, tendo em vista que ela iguala feminismo e machismo, como se o movimento feminista objetivasse a soberania feminina e a opressão masculina (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Já as participantes Ana e Aline, relataram algumas situações vivenciadas por elas com seus filhos que demonstram os aspectos valorizados e naturalizados socialmente na educação

de meninos.

Ana: tenho até uns episódios agora, o meu filho tem apanhado na creche. Mas não foi assim, ah, de apanhar de machucar, às vezes, né, um tapinha. E aí lá em casa né? Meu sogro fala: “Ah, tem que ir para cima né? Bate nele.” E eu: “Não, olha! Se bater em você, você fala que não pode bater, que ele é seu amigo, né? Se for por causa de um brinquedo, divide o brinquedo”. Eu sempre explico dessa forma, que eu não quero que ele cresça uma pessoa brigona, né? [...] “Ah, que se tocar assim ele vai crescer frouxo, né?” Mas o que que é frouxo? É você não ser violento, né? (Entrevista em 31/08/2023)

Aline: E já vem de família também, o machismo, né? O homem em si ele acha que: “Ah, porque é menina né? Ele pode sair e a menina não pode”. A brincadeira básica que os meus irmãos “faz”: “Ah, o Huguinho fazer 15 anos vou levar ele no puteiro.” Aí, eu perguntei: “E a Elis¹⁵? Vai levar também?” “Uai, Aline! Tá ficando doida!” “Uai, porque que ele com 15 anos pode ir e ela com 15 não pode saber também, sobre essas coisas?” “Você tá ficando louca, vai apanhar você e ela.” Olha a mentalidade! (Entrevista em 04/09/2023).

Essas narrativas sobre familiares exprimindo opiniões sobre a maneira como o menino deve se comportar diante de conflitos, e como deve exercer sua sexualidade, demonstram a associação, já na tenra infância, entre a masculinidade e a violência, entre virilidade e cis-heteronormatividade, incitando a importância de resolver conflitos por meio de brigas físicas. Além disso, busca-se identificar, o mais breve possível a virilidade dos adolescentes, impondo, assim, a heterossexualidade como única trajetória sexual possível para esses jovens. Esses discursos, ao ensinarem que o comportamento masculino deve ser agressivo e viril, naturalizam a violência, assim como, ao reiterarem a congruência entre sexo-gênero-sexualidade e desejo, na qual os meninos devem obrigatoriamente apresentar uma performance cis-heterossexual, invisibilizam outras possibilidades identitárias e sexuais (Silva, 2016, Butler, 2022).

5.4 Manutenção e desestabilização de pedagogias

Durante as entrevistas, questioneei sobre as pedagogias que os participantes buscam manter vivas no cuidado com os/as filhos/as, e as novas perspectivas que são adotadas por ele/elas nessa educação. Os aspectos que surgiram como importantes de serem transmitidos para a próxima geração foram o respeito aos mais velhos, e a valorização dos estudos no enriquecimento do/a sujeito/a. Possivelmente, esse segundo aspecto repetiu-se devido ao contexto analisado ser universitário, enquanto o primeiro aspecto, apesar de valorizado, apresenta algumas ressalvas, pois esse respeito aos mais velhos não deve ultrapassar os limites da criança, como mostra o excerto abaixo:

¹⁵ Apesar dos nomes dos/as participantes da pesquisa serem alguns reais e outros fictícios (de acordo com a escolha de cada um/uma), os nomes das crianças são todos fictícios, para impedir a sua identificação.

Roger: Essa questão da... dessa educação assim de cumprimentar os outros e tal, mas também não teve forçar ela a cumprimentar ninguém [...] Ah, não quer dar, então, tudo bem, não tem muito essa obrigação para com os mais velhos, eu não quero que... acho que na minha criação teve muito disso [...] (Entrevista em 01/09/2023).

Aline: A questão do, da criança dizer “não” porque eu tenho dois, duas crianças, eles são totalmente diferentes [...] ele consegue ter um contato maior com as pessoas. A minha menina, não [...] Ela chega, ela dá benção, mas aí a questão do abraço, que muitas pessoas ficam: “Ah, dá um abraço!” E ela fala “não”, e as pessoas querem forçar ela esse abraço. É onde eu não aceito, né? É o que eu falo, ela tem que ser respeitada também (Entrevista em 04/09/2023).

Os trechos demonstram que essas práticas devem ser mantidas desde que os limites das crianças e dos seus corpos não sejam ultrapassados. Assim, essas narrativas vão de encontro às concepções adultocêntricas que construíram a criança enquanto ser inferior e incompleto, desconsiderando-a como ser humano e social, e a infância como período lacunar e de transição para a fase adulta. Nesse sentido, verifica-se que as mães e o pai, participantes da pesquisa, tentam estabelecer uma relação baseada no respeito às crianças, reconhecendo seus filhos como sujeitos ativos e com opiniões (Silva, 2016; Salgado; De Souza, 2018; Santiago; Faria, 2015).

Aline: Então, aí eu tento mostrar para ela também que ela tem que se posicionar, se ela não quer, ela não é obrigada, né? Mas as pessoas, o adulto em si não entende: “Ah, é porque é criança não tem que ter que querer.” (Entrevista em 04/09/2023).

Aline: Ela também tem uma voz, ela tem uma opinião, se ela não quer, tem certas coisas que ela não é obrigada a fazer (Entrevista em 04/09/2023).

Aos questionarem essas concepções, torna-se possível que as crianças se movimentem, se choquem, juntamente com os pais, com esses poderes e normas, de modo que, meninos, meninas e meninos sejam capazes de produzir sentidos e rabiscar normativas adultocêntricas, alcançando o novo, resistindo e criando novas possibilidades de existência para além das ideias normativas esperados para o futuro (Faria, 2015). Nesse sentido, nesse processo, deixando de lado essa busca das crianças tornarem-se continuidades de nós e do nosso mundo, abre-se a possibilidade da absoluta descontinuidade, criando-se possibilidades outras enigmáticas de algo que não conhecemos e que não nos pertence, dando início a algo novo (Larrosa, 2006). É a partir dessas possibilidades do novo, abandonando o controle e a posse sobre as crianças e as infâncias, que se visualizam possibilidades de repensar práticas enraizadas socialmente, como as pontuações de Roger sobre permitir a atuação da filha no mundo

Roger: “Faz isso aqui porque eu quero, porque eu tô mandando, porque sim.” Acho que sempre, ou tem que ter uma explicação, ou...eu também quero ouvir o lado

dela, né? Eu quero conversar, e tipo...mais desse lado assim de nunca ser o senhor da razão e tipo: “Falei tá falado, não vou te dar nenhuma explicação, é só porque eu quero e pronto.” (Entrevista em 01/09/2023).

Roger: Eu acho que as crianças são muito livres assim, eu acho que o que eu mais tenho vontade é de preservar essa liberdade de pensamento dela assim, né? Então, sei lá, tento levar as coisas o máximo para tipo, ah, mas: “Por que que isso não pode? Você pode o que você quiser?” (Entrevista em 01/09/2023).

Além de valorizar as possibilidades da infância e da criança, dando liberdade para que sejam atuantes na construção de novas realidades, com a criação de novas possibilidades de existências, nota-se nos discursos a valorização de práticas que podem ser consideradas como feministas, que visam não perpetuar o machismo no meio social, entendendo as lembranças das atitudes das figuras paternas como exemplos de comportamentos que devem ser combatidos e desestabilizados, como destacado a seguir:

Ana: Primeiro...quando eu descobri que eu tava grávida eu levei um susto, porque não foi uma gravidez planejada, apesar de já estar morando com o meu marido, né? E quando foi um menino, eu queria que ele fosse tudo aquilo...que ele não fosse, aliás, tudo aquilo que o meu pai, que o meu padrasto foi, sabe? Que ele crescesse um homem ignorante, que falasse palavrão, que...fosse em certos momentos machista, que fosse assim...que não olhasse com carinho, né, para a mulher, que ele...eu queria que ele crescesse assim...eu quero instruir ele da melhor forma, para que ele não seja um homem desrespeitoso (Entrevista em 31/08/2023).

Assim, a partir de suas lembranças com seu pai e padrasto, ela relata a importância de, no processo educativo, buscar quebrar ciclos de perpetuação de violência e negligência, impedindo a transmissão de valores machistas que objetivem a construção de homens adultos que se desresponsabilizam pela educação e cuidado dos filhos.

Nesse sentido, esses acontecimentos vividos, e a forma como são lembrados por Ana, são conteúdos que a motivam a buscar a quebra da repetitividade dessas normas, adotando atitudes que rompam com essa continuidade. Além disso, suas narrativas evidenciam também que, apesar de consolidados historicamente, esses sistemas cis-heteronormativos são construídos, e podem ser desestabilizados a partir de ações que provoquem mudanças, sendo a educação um meio fértil para essas rupturas e construções de novas possibilidades existenciais e de realidades (Benjamin, 1985, Halberstam, 2022).

6 CAMINHOS MÚLTIPLOS E (IN)CONCLUSIVOS

As provocações apontadas neste trabalho buscaram refletir sobre a importância de pensarmos os alicerces que socialmente são responsáveis pela construção dos sujeitos histórico- culturais, que exercem sobre os corpos pedagogias, as quais são perpassadas por relações de poder e de saber que estão em constante conflito, buscando reiterações de normas e produzindo resistência (Foucault, 1999). Nesse sentido, enfatizei um desses alicerces que, comumente, é pouco mencionado e problematizado, mas que exerce influência significativa sobre a formação e subjetivação dos/as sujeitos/as, que é o ambiente familiar.

Desse modo, busquei aqui ir de encontro aos discursos neoconservadores que, apesar de clamarem pela proteção dos corpos infantis e da instituição familiar, a partir da criação de um monstro nomeado como “ideologia de gênero”, tem como principal objetivo a manutenção de um sistema econômico em decadência, utilizando-se, para isso, do resgate de um passado que nunca existiu, para proferir ódio aos corpos e vivências dissidentes (Biroli; Vaggione; Machado, 2020). Nesse sentido, apontei a incoerência dessas narrativas, que buscam proteger essas instâncias por meio de discursos de ódio e violência, impedindo a existência de uma relação familiar pautada no amor, afeto e respeito, como exemplifica Preciado (2019): “Embora tivesse um pai e uma mãe, a ideologia da diferença sexual e da heterossexualidade normativa privou-me deles” (p. 72).

Assim, realizei articulações que desmistificam a naturalização desse modelo hegemônico de família, e sua relação intrínseca com o cuidado, o amor e a proteção, a partir da apresentação do surgimento desse modelo cis-heteronormativo, sua consolidação e as relações de poderes envolvidas na sua manutenção. Dessa forma, demonstrei que a sua configuração, baseada na definição de papéis restritos para cada integrante da família, com o pai como representante da lei, a mãe como responsável pela reprodução e os/as filhos/as devendo obediência e disciplina, são construções históricas e culturais, atreladas a interesses políticos e econômicos (Badinter, 1985; Del Priori, 2023).

Além disso, esse modelo, pautado na desigualdade de gênero e sexual, provoca sofrimento para todos os membros da família, mesmo que de maneiras distintas. Ao invés de buscar fortalecer os laços afetivos entre os sujeitos, auxiliando na manutenção dessa instituição, contraditoriamente, essa configuração normativa e seus valores auxiliam na dissolução desses laços familiares, porque sua construção histórica não buscou o bem-estar dos/as sujeitos/as, mas serviu a interesses econômicos, suprindo incoerências e falhas presentes no funcionamento do sistema capitalista (Safatle, 2021).

Nesse sentido, foi com o auxílio de Roger, Ana, Clarissa e Aline que construí as elucidações sobre essas contradições, e apresentei as transgressões a esse modelo e seus princípios. Portanto, o conjunto desses relatos demonstrou uma movimentação dos participantes para rupturas com práticas que invisibilizem as crianças e reproduzem normas de gênero e sexualidade, as quais posicionam as mulheres como passivas, submissas e dóceis, e os homens como violentos, viris e superiores. Para esse exercício de mudança, nota-se que as lembranças e os apontamentos de seus efeitos em seus corpos e subjetividades são acionados pelos/as participantes, de modo que, não sejam reproduzidas pedagogias repressivas vivenciadas por eles/elas na infância e adolescência. Desse modo, são adotadas práticas educativas, dentro do ambiente familiar, que rompam com essas normas, silenciamentos, opressões e violências, processo esse que evidencia as vivacidades desse passado incidindo nas práticas do presente (Benjamin, 1985).

Assim, as alternativas utilizadas apresentam maior preocupação para com a liberdade, o respeito e o acolhimento das crianças, aproximando-se de uma educação baseada no amor, do que a um apego pela manutenção da estrutura da família hegemônica, estabelecida a partir de desigualdades, hierarquias e obrigatoriedades (hooks, 2021). Mas, as análises também demonstraram que a atuação das normativas de gênero e sexualidade ainda são bastante presentes nessas dinâmicas familiares, principalmente quando relacionadas a funções maternas, havendo nos relatos a identificação da sobrecarga das mães e presença de sentimentos de insuficiência e culpa. Em paralelo a isso, também notamos a evidente distância entre as masculinidades e práticas de cuidado e afeto para com as crianças. Assim, esses fenômenos se interrelacionam, visto que há dificuldade de se pensar práticas que permitam a diminuição da sobrecarga materna, tendo em vista que a relação entre os homens e as crianças ainda é bastante perpassada pelo medo, vigilância e perigo, dificultando o compartilhamento dessas funções de cuidados com eles.

Nesse sentido, estas análises buscaram contribuir para o campo da educação, incrementando esse campo de estudo tão múltiplo e interdisciplinar, buscando mobilizar debates sobre a importância de pensarmos nas práticas educativas em um ambiente tão privatizado como a família cis-heteronormativa. Ressalta-se também a relevância de estudos feministas para a realização desses debates, para que sejam visibilizados, não apenas os corpos que não cabem dentro desses moldes binários e rígidos que estruturam a família normativa burguesa, mas também o funcionamento desse sistema cis-heteronormativo, e os que se beneficiam com suas imposições e silenciamentos.

Porém, saliento que não se pretende, com essas análises e problematizações, oferecer

todas as respostas envolvendo as problemáticas das pedagogias de gênero e sexualidade no âmbito familiar, mas sim instigar o debate para que outras pesquisas nesses campos possam ser realizadas. Além disso, tendo em vista as limitações desta pesquisa, o contexto em que foi realizada, e as particularidades de cada vivência pesquisada, a intenção não é oferecer afirmações estanques que apresentem as soluções ideais e generalizáveis para qualquer situação. Ao invés disso, busca-se fornecer pistas e inquietações para que múltiplos debates e questões possam ainda ser levantadas. Nossa soberba pelo controle do saber é incompatível com a infinidade de caminhos e possibilidades existentes, ou seja, o que se presume saber, poder e conhecer não é capaz de abarcar o todo e o múltiplo, sendo necessário considerar que haverá sempre o que nos escapa, o inalcançável, o que se mantém como um enigma (Larrosa, 1999).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- ALBINO; Chiara; OLIVEIRA, Jainara; MELO, Mariana (orgs.). **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. Recife: Seriguêla, 2021.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.
- BADINTER, Elisabeth. O mito do amor materno: Um amor conquistado. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, 1985.
- BARROCO, Maria Lúcia da S. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, p. 12-21, 2022.
- BENJAMIN, Walter. **História da literatura e ciência da literatura**. 7 Letras, 2016.
- BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.
- BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, p. 219-260, 2003.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- CAVALCANTI, Céu; SANDER, Vanessa. Contágios, fronteiras e encontros: articulando analíticas da cisgeneridade por entre tramas etnográficas em investigações sobre prisão. **cadernos pagu**, 2019.
- COOPER, Melinda. **Family values: between neoliberalism and the new social conservatism**. New York: Zone Books, 2017.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas-3 a edição: Sexualidade e erotismo na história do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Planeta, 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019

FARHI, Maryse et al. A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional. **Revista de economia política**, v. 29, n. 1, p. 135-138, 2009.

FAVERO, Sofia. Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 13, n. 20, 2019.

FEDERICI, Silvia. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. **Cadernos Cemarx**, n. 10, p. 83-111, 2017.

FERREIRA, Marcelo Santana; SALGADO, Raquel Gonçalves. As memórias do imemorable por uma educação contra o esquecimento e a barbárie. **Pro-Posições**, v. 31, 2020.

FINCO, D; SILVA, A. A.; DE FARIA, A. L. G. Feminismo em estado de alerta na educação de crianças pequenas em creches e pré-escolas. **Zero-a-Seis**, 20.37: 2-10. 2018.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. tradução de Luiz Felipe Baeta neves. **Rio de Janeiro: Forense Universitária**, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**, Volume 1: A Vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola, 1996.

FRANCO, Fábio et al. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: FREITAS, Aline de. **Ensaio de construção do pensamento transfeminista**. Mídia Independente, dezembro, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. Editora 34, 2014.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. **cadernos pagu**, p. 261-280, 2003.

HALBERSTAM, Jack. Temporalidade queer e geografia pós-moderna. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 18, p. 282-305, 2022.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. IX FAMÍLIA. In: _____. **Temas básicos de sociologia**: Estudos de comunidade. 1956.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: Danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LAURETIS, Teresa. Tecnologia de gênero. In: Heloisa Buarque de Hollanda. **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 114-149.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica, 2018.

MENEZES, Flávio Bellomi. A Sobrenatureza da política: para além das ruínas do neoliberalismo. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 7, n. 2, p. 213-232, 2021.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MORGAN, Lewis H. HG. **Ancient society**. Harvard University Press, 1964.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, Conceição. Análise (s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 24, p. 235-242, 2008.

OLIVEIRA, F. **Queer em quadrinhos**: Representações brasileiras contemporâneas. Orientadora: Adelaine LaGuardia Nogueira. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Teoria Literária e Crítica da Cultura, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. **Estudos feministas**, p. 305-321, 1998.

PRECIADO, Beatriz. Manifesto contrassexual Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. **São Paulo: n-1 edições**, 2014.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos " anormais". **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 11-20, 2011.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a. **Economia Política” do sexo**, 1973.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica Editora, 2021.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Autêntica Editora, 2021.

SALGADO, R. G.; SOUZA, L. L. O desaparecimento social das diferenças nas políticas de exceção: vidas e memórias de crianças e mulheres para a reinvenção de uma educação democrática. **Educar em Revista**, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6QcTNSHNmzSYRqhkRJP7kt/?lang=pt#>. Acessado em: 2 set. 2022.

SANTIAGO, Flávio; DE FARIA, Ana Lúcia Goulart. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. **Educação e Fronteiras**, v. 5, n. 13, p. 72-85, 2015.

SILVA, P. R. **Fissuras - masculinidades e feminilidades na construção da docência na educação infantil**. In: FINCO, D.; SILVA, A. A.; DE FARIA, A. L. G. (Orgs.). Isso aí é rachismo! Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras. São Carlos: Pedro & João Editores, 257p., 2019.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. A Cisgeneridade. In: _____. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade, 2015., p. 43-72.

TREVISAN, João Silvério. As patrulhas da Moral e da Família. In: **Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 471-483.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 57, 2011.

APÊNDICE A - Entrevista

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome:

Idade:

Raça:

Curso:

Orientação sexual:

Identidade de gênero:

Você está em um relacionamento?

Quantos filhos você tem? É um menino ou uma menina?

PERGUNTAS

- O que é família para você?
- Qual a importância da sua família na sua história de vida?
- Você considera que foi uma criança/jovem livre?
 - Que memórias você tem desses momentos de liberdade OU Que memórias te levam a dizer que não foi livre?
- Você já foi punida pelos seus responsáveis em algum momento pela maneira como se expressava em casa?
- Você acha que você ser uma mulher/homem impactou na sua educação dentro de casa?
- Como a educação que seus responsáveis te deram refletem na educação que você dá para seu/sua filho/filha? Existe algo que você reproduz? E algo que prefere não reproduzir?
- Quando você descobriu que seu filho/a era um menino/a, o que você pensou?
- Como você acha que uma menina/menino tem que ser educada/o? (Depende do

gênero da criança)

- Você acha que a educação dada a uma menina se diferencia ou não da educação dada a um menino?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa “A Educação da Cisgeneridade na família em Memórias de Infância”, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Lissa Carvalho de Souza, que é supervisionada pela pesquisadora e prof^a Dra. Raquel Gonçalves Salgado, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Rondonópolis.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar os sentidos da educação voltada para a cisnormatividade no contexto familiar em memórias de infância, além de compreender pedagogias de gênero e de sexualidade vivenciados na infância e, em especial, no contexto familiar, que estruturam a cisnormatividade, evidenciando experiências transgressoras às normas de gênero na produção de memórias de infância na família, e os agenciamentos das normativas de gênero dos/as participantes na educação de seus/as filhos/as.

O documento que segue terá todas as informações sobre a pesquisa e como será a sua participação nela. Por isso, peço, por gentileza, que o leia com atenção. Você tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer momento da pesquisa, sem que isso traga qualquer tipo de prejuízo a você. Caso você possua alguma dúvida, ela poderá ser sanada pela pesquisadora, a qualquer instante. Você tem tempo para refletir sobre a sua participação na pesquisa e decidir se deseja ou não participar.

Caso aceite contribuir, sua participação consistirá em responder questões, feitas pela pesquisadora, em uma entrevista semiestruturada, que será realizada presencialmente, na sala 29 do bloco de psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). A entrevista terá duração de aproximadamente uma hora, e o relato será transcrito e armazenado, para em seguida ser analisado e integrado na dissertação de mestrado.

Todos os dados fornecidos por você nesta pesquisa serão mantidos em sigilo e apenas a pesquisadora terá acesso a eles, sendo restritos à divulgação no ambiente acadêmico. Pode ser que você tenha interesse que seu nome real seja utilizado na divulgação da pesquisa. Para isso, é preciso que você registre se deseja divulgar o seu nome real ou utilizar nome fictício. No segundo caso, cada participante poderá escolher um pseudônimo que não permita nenhuma identificação ou associação.

É importante que você saiba dos riscos leves e moderados relacionados à sua participação nesta pesquisa, quais sejam: sua disponibilidade, estresse emocional provocados pela evocação de memórias que remetem a situações de violência, que tragam medo, tristeza e outros afetos constrangedores. Na tentativa de mitigar esses riscos, a pesquisadora, por

ser profissional da área de saúde mental, se dispõe à escuta de situações, evocadas pela pesquisa, que sejam geradoras de conflitos para você, comprometendo-se em não utilizar essas informações como dados da pesquisa, tampouco divulgá-las de modo algum. Vale salientar também sobre os riscos existentes no que se refere ao contexto pandêmico, como a transmissão da COVID-19 durante a realização da entrevista. Nesse sentido, como medidas mitigadoras, a entrevista será realizada em ambiente ventilado, respeitando o distanciamento de 2 metros entre entrevistador(a) e entrevistado(a), e serão utilizadas máscaras descartáveis.

Nesse sentido, todas as providências necessárias para a manutenção do sigilo serão tomadas e as suas escolhas serão respeitadas durante todo o processo de pesquisa. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em eventos ou publicados em revistas científicas a fim de contribuir para o debate acadêmico, respeitando o sigilo de sua identidade.

Quanto às providências e cautelas que assumirei frente aos riscos considerados, asseguro a proteção e o sigilo dos dados fornecidos por você, no sentido de garantir que sejam respeitados os seus valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como a não utilização das informações em seu prejuízo, informando ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) qualquer efeito perturbador ou fato relevante que altere o desenvolvimento da pesquisa. Os benefícios diretos desta pesquisa para você, participante, estão relacionados à possibilidade de reflexão sobre as experiências de infância e a educação a qual lhe foi oferecida, além da que você dedica a(s)(aos) seus filho(s)(as). Além disso, destaca-se que seu relato irá contribuir para a produção de conhecimentos a respeito das relações de poderes que se instauram na instituição social família, no que se refere às normativas de gênero e sexualidade e às brechas de resistência a essas configurações.

Para participar da pesquisa, você não terá que arcar com nenhum tipo de despesa, porém, se houver eventuais despesas decorrentes da pesquisa, você tem o direito de ser indenizado(a) e ressarcido(a) pela pesquisadora. Cabe destacar, também, que, ao aceitar participar, você não está abrindo mão dos seus direitos legais. Por meio deste documento, fica assegurado o seu direito às informações que se fizerem necessárias durante a pesquisa, incluindo a metodologia utilizada, em quaisquer momentos e situações. A partir do momento em que você, participante da pesquisa, não desejar mais fazer parte desta, fica garantido o seu direito de retirar o seu consentimento, livre de sofrer qualquer tipo de penalidade ou dano.

Se tiver qualquer dúvida ou se por qualquer outro motivo necessitar de orientações a

respeito da pesquisa, antes e durante o seu desenvolvimento, você poderá entrar em contato com: Lissa Carvalho de Souza, telefone: (66) 99624-0320, e-mail: lissacarvalhosouza@gmail.com, com a supervisora da pesquisa, a Profa. Raquel Gonçalves Salgado, telefone: (66) 99969-2427, e-mail: raquel.salgado@ufr.edu.br, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Rondonópolis, telefone: (66) 3410-4153, localizado na Avenida dos Estudantes, 5055, Cidade Universitária, Rondonópolis, Mato Grosso, CEP: 78736-900, e-mail: cep@ufr.edu.br, que é coordenado pela Profª Dr. Raquel Gonçalves Salgado.

Nestes termos, ao assinar este documento”, entende-se que você, de forma livre e voluntária, concede consentimento livre e esclarecido para participar desta pesquisa e para que sejam feitos os procedimentos necessários ao seu desenvolvimento e posterior uso e publicação dos dados nos relatórios finais e conclusivos, a fim de que estes sirvam para beneficiar a produção de conhecimento científico.

Para sua segurança, você receberá uma via deste documento, rubricado e assinado em todas as páginas, contendo as informações mencionadas a respeito da pesquisa e de sua participação.

Eu, _____, aceito participar da pesquisa intitulada “A Educação da Cisgeneridade na família em Memórias de Infância”. Fui devidamente informado(a) sobre os procedimentos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido a possibilidade de sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou prejuízo. Recebi uma via deste termo de consentimento e quero ser participante da pesquisa.

Rondonópolis, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

Assinatura da supervisora
